



UNILAB

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA

AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA ANÁLISE SOBRE AS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO MÚNICÍPIO DE ARATUBA, CEARÁ**

JONAS ALVES DE SOUZA

REDENÇÃO

2021

JONAS ALVES DE SOUZA

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA ANÁLISE SOBRE AS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO MÚNICÍPIO DE ARATUBA, CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade a distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Leonel Gois Lima Oliveira

REDENÇÃO

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Souza, Jonas Alves de.

S713p

A participação social e a formulação de políticas públicas: uma análise sobre as estratégias para o desenvolvimento local no Município de Aratuba, Ceará / Jonas Alves de Souza. - Redenção, 2021.

56f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Prof. Leonel Gois Lima Oliveira.

1. Desenvolvimento local - Ceará. 2. Participação social. 3. Políticas públicas. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 361.25098131

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

JONAS ALVES DE SOUZA

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA ANÁLISE SOBRE AS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO MÚNICÍPIO DE ARATUBA, CEARÁ

Monografia julgada e aprovada para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: ____/____/____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof. Leonel Gois Lima Oliveira

Dra. Maria Nazaré Moraes Soares

Ma. Kátia Cristina Veras Portela

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

Aos meus pais, amigos e familiares que sempre me apoiaram e me incentivaram nos momentos difíceis, ensinando que as dificuldades existem para serem vencidas e por acreditarem que eu era capaz.

Aos professores (as) e tutores, pelas correções e ensinamentos que permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação ao longo do curso.

Ao professor Leonel, por ter sido meu orientador e desempenhado tal função de forma ética e competente.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

À instituição de ensino UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo que aprendi ao longo do curso.

RESUMO

A presente pesquisa apresentou como objetivo investigar a participação popular na formulação das políticas públicas no município de Aratuba-CE, baseada principalmente, nos trabalhos realizados por Souza (2006,), Matias-Pereira, 2010b) e Oliveira (2004). Participaram quinhentas pessoas, dentre elas, beneficiários dos serviços públicos, gestores e servidores públicos municipais. Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado na coleta de dados e a observação, os resultados obtidos por meio das entrevistas foram analisados por meio da análise de discurso. Os resultados da pesquisa revelaram que o processo de inclusão popular nas decisões públicas ainda não está consolidado no município, devido à falta de interesse e pouca acessibilidade da população. Os participantes ressaltaram, que são indispensáveis alterações no planejamento, nos objetivos, nas atividades para facilitarem o atendimento das necessidades públicas. Os dados permitem concluir que apesar dos desafios, a inclusão popular nas decisões políticas no município pesquisado, abriu a percepção de todos os participantes para o valor e importância de uma relação mais próxima entre o governo e a população como fonte para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Participação Social; Políticas Públicas; Sociedade.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate popular participation in the formulation of public policies in the municipality of Aratuba-CE, based mainly on the work carried out by Souza (2006), Matias-Pereira (2010b) and Oliveira (2004). Five hundred people participated, including beneficiaries of public services, managers and municipal civil servants. A semi-structured interview script was used in data collection and observation, the results obtained through the interviews were analyzed through discourse analysis. The research results revealed that the process of popular inclusion in public decisions is not yet consolidated in the city, due to the population's lack of interest and poor accessibility. Participants highlighted that changes in planning, objectives and activities are essential to facilitate meeting public needs. The data allow us to conclude that despite the challenges, popular inclusion in political decisions in the researched municipality opened the perception of all participants to the value and importance of a closer relationship between the government and the population as a source for local development.

Keywords: Local Development; Social Participation; Public Policies; Society.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição setorial do município de Aratuba	pág.26
Tabela 2: Evolução do PIB do município de Aratuba 2013-2018.....	pág.27

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1: IDH-M Índice de Desenvolvimento Municipal de Aratuba 1991-2010.....	pág.28
Figura 2: Sexo.....	pág.32
Figura 3: Faixa Etária.....	pág.33
Figura 4: Estado civil.....	pág.33
Figura 5: Escolaridade.....	pág.34
Figura 6: Profissão.....	pág.35
Figura 7: Satisfação com as decisões dos órgãos do governo municipal.....	pág.36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	pág.10
2 PROCESSO DE FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	pág.13
2.1 SISTEMÁTICA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	pág.13
2.2 MUDANÇA POLÍTICA E A CULTURA SOCIAL.....	pág.15
2.3 A RESISTÊNCIA À MUDANÇA NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	pág.17
3 METODOLOGIA	pág.19
3.1 LOCAL DA PESQUISA.....	pág.19
3.2 COLETA DE DADOS.....	pág.20
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	pág.22
4 ANÁLISE E DISCUSSÕES	pág.25
4.1.PERFIL ECONÔMICO MUNICIPAL.....	pág.25
4.1.1 FATORES PRODUTIVOS.....	pág.25
4.1.2 FATORES SOCECÔMICOS.....	pág.28
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO MUNICIPAL	pág.30
4.3 PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.....	pág.32
4.3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS.....	pág.32
4.3.1.1 DADOS PESSOAIS.....	pág.32
4.3.2 RESULTADO DAS ENTREVISTAS.....	pág.35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	pág.48
REFERÊNCIAS	pág.50
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS ENTREVISTADOS	pág.56
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA	pág.57

1 INTRODUÇÃO

A política pública consiste no conjunto das atividades dos governos, que atuam diretamente ou indiretamente influenciando na qualidade de vida dos cidadãos (PETERS, 1986). O papel do Estado ao longo dos anos, passou por diversas transformações iniciado no ano de 1880 com a vinda do Estado do Bem-Estar Social, suas atribuições e responsabilidades passando a ter como foco promover o desenvolvimento econômico e a prestação de serviços (OFFE, 1984).

Como afirmam Vianna e Carvalho (2000, p.133) “o mecanismo de base do Estado democrático de direito reside na dialética dos procedimentos, cuja animação supõe uma cidadania ativa, capaz de estabelecer nexos livres com a esfera pública”. Essa mudança de perspectiva revolucionou a forma tradicional de conceber as estratégias governamentais colocando o cidadão como prioridade.

A Constituição Federal de 1988 proporcionou diversas reformas no regime jurídico brasileiro. Com sua promulgação foi introduzido o princípio da participação social nas decisões públicas, como apresenta em seu artigo primeiro “*todo emana do povo que o exerce por meio de seus representantes ou diretamente.*” (BRASIL, 1988).

Nessa trajetória política, buscou-se o envolvimento dos diversos grupos sociais nos processos de tomadas decisões e implementação de novas ações para incentivar o progresso político e social. De acordo com Nogueira (2004, p. 158), as “conexões dinâmicas e criativas com a política: com a representação, seus espaços, atores e instituições, com partidos e eleições, com os tempos, os ritmos e a ética específica da política, em suma, com o Estado”.

De forma geral, a política pública atual busca assegurar que a população tenha acesso aos direitos garantidos pela lei. Com isso, o governo municipal de Aratuba agora se depara com um grande desafio as necessidades sociais apresentadas não são as mesmas apresentadas anteriormente, a cada momento vão surgindo e se transformando em uma grande velocidade, vê-se nesse ponto, estratégias de consulta pública, com o intuito de fazer a sociedade opinar sobre o que lhe foi prestado, visando estruturar e implementar novas ações para a promoção cada vez melhor dos serviços públicos.

Como consta na Lei Federal nº 10.411/2020, no art. 10: “*O órgão ou a entidade competente poderá utilizar os meios e os canais que considerar adequados para realizar os procedimentos de participação social e de consulta pública de que tratam os*

art. 8º e 9º”. Parágrafo único. Os procedimentos de que trata o caput garantirão prazo para manifestação pública proporcional à complexidade do tema”.

A participação social configura-se como um direito humano, já que são negociados interesses comuns para um único fim. De acordo com o artigo XXI, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, todos os cidadãos têm direito de discutir mudanças para o bem coletivo, através da democracia participativa. Porém, a democracia não se restringe apenas aos direitos, mas também aos deveres de toda população em participar ativamente em todas as áreas pois “o poder é sempre o mesmo em todas as formas [de governo], se estas forem suficientemente perfeitas para proteger os súditos” (HOBBS, 2003, p. 157).

A democracia política e social possui grande relevância para a discussão a respeito da temática da participação, sendo que o conceito de participação tem relação, em sua grande parte, com a tomada de decisão e a mediação nas várias esferas entre os mais diversos grupos sociais e o poder público. No contexto de redemocratização do país, iniciada a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Brasil passou a adotar o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo este “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987). A participação, principalmente no âmbito social e político, tem sido amplamente divulgada e requerida como alternativa para solucionar os problemas evidenciados.

Diante da pluralidade do governo municipal, onde ocorre a coexistência de várias ideias políticas, podendo ser conflitantes ou complementares, um fator que permanece em evidência é a importância da participação popular no ambiente político. São os três poderes, o Executivo, o Legislativo e Judiciário que se apresentam como responsáveis pela melhor avaliação do capital social, a para garantir a escolha certa das estratégias em consonância com as necessidades apresentadas nas diferentes realidades, gerando menores conflitos e promovendo a alavancagem no atendimento as demandas sociais, de acordo com Barney (1996, p. 27), que considera uma estratégia “boa” como “uma estratégia que neutraliza as ameaças e estratégia que neutraliza as ameaças e explora as oportunidades, enquanto capitaliza as forças e elimina ou minimiza as fraquezas”.

Diante do exposto, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte questionamento: Como são adotados os processos de formulação, aprovação e acompanhamento das políticas públicas no município de Aratuba-CE?. Contendo três objetivos específicos, sendo eles: Conhecer as principais atividades que

compõem os setores econômicos do município; Apresentar o perfil dos moradores do município; e Realizar uma revisão geral sobre a satisfação da população com os serviços prestados pelos órgãos públicos municipais.

Os objetivos das estratégias de controle social, capazes de empoderar o cidadão para participação da gestão pública, visam alcançar exatamente a identificação dos principais problemas e formular soluções de acordo com cada realidade. Isso, porque à medida que o cidadão descobre sua relação direta com os desafios sociais enfrentados fortalecendo suas discussões, levando aos órgãos públicos as propostas e reivindicações sobre as necessidades da população. A participação popular, nos termos dos direitos fundamentais, trata-se de um processo de influência do povo no contexto público do Estado, implica na intervenção do povo nas instâncias do poder, por intermédio de ação conjunta nos processos de decisão, ou por meio do planejamento de ações de fiscalização (JUCÁ, 2007).

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas e de campo. A pesquisa bibliográfica baseou-se em publicações científicas nas áreas política e social. A pesquisa de campo foi desenvolvida, em sua totalidade, através de pesquisa de campo, envolvendo o perfil dos cidadãos, suas perspectivas em relação aos órgãos públicos de saúde e educação, avaliação geral e pesquisa de satisfação sobre os serviços públicos prestados, através da aplicação de questionário no município de Aratuba-CE.

O estudo estrutura-se em quatro capítulos, apresentando-se no primeiro uma breve evolução histórica e as definições acerca das políticas públicas e cidadania baseado em autores como Clève (2000), Souza (2000,) e Jacobi (2002), além da importância do planejamento público. No segundo capítulo é abordado as mudanças políticas e cultura social, envolvendo conceitos e mencionando a importância da gestão da mudança no processo de decisões em relação aos recursos públicos municipais para alcançar a resultados em relação as demandas sociais.

Esse capítulo também apresenta estratégias de mudanças aplicadas no contexto das organizações de acordo com suas estratégias e projetos. O terceiro capítulo caracteriza as principais resistências as mudanças na cultura de participação social nas decisões públicas, envolvendo suas identificações e breve histórico que compõem a mudança da cultura política. No capítulo quatro é apresentada a pesquisa de campo e os diversos itens que a compõe como perfil, perspectivas, avaliação e satisfação dos cidadãos, todos efetuados na cidade de Aratuba-CE.

2 PROCESSO DE FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. SISTEMÁTICA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

A sociedade vem passando por mudanças culturais, essas mudanças que vimos implicam em uma nova organização de locais, serviços e/ou produtos, geração de empregos etc. Na área pública torna-se essencial formular ações para amenizar os impactos dessas mudanças na vida da sociedade.

Ao longo da Evolução do chamado Estado Social, trouxe consigo a emergência da sociedade técnica, as responsabilidades estatais aumentaram juntamente com as demandas sociais, como afirma Clève (2000, p.52):

“Com a sociedade técnica, o tempo adquiriu velocidade. A sociedade passou a exigir respostas prontas e rápidas para questões não poucas vezes novas e particularizadas. Sem contar o fato de que os assuntos que, estão penetrando nas pautas estatais revertem-se cada vez mais de maior complexidade”. A administração vê-se compelida a socorrer-se do auxílio de especialistas que, em nome da objetividade ou infalibilidade da ciência ou da técnica, nem sempre estão dispostos a dialogar com os integrantes do Legislativo. Afinal, há uma radical oposição entre discurso do tecnocrata, auxiliar do governo, e o jurista ou o político”.

A política pública é o processo de decisão usado pelo Poder Público para determinar quais as ações e decisões necessárias para assegurar a garantir o direito de cidadania aos diversos grupos sociais, assim definindo as estratégias de alocação de recursos públicos, comunicações e a melhoria na qualidade de vida.

Para Souza (2006), a política pública é o conjunto de ações de um governo, que mesmo sendo diferentes em cada nível são complementares, que resultarão em determinados resultados almejados, ou ainda pode ser, a soma das atividades do governo que influenciam, de forma direta ou indireta, na vida dos cidadãos.

Ao pensar políticas como meio e necessidades coletivas como fins, devem ser abordados os processos de formulação, implementação e avaliação utilizando-se de dimensões conceituais e metodológicas de políticas públicas. Assim, aponta Nascimento (2010) que o foco em resultados orientado para o desempenho pressupõe planejamento, definição de instrumentos, mensuração de desempenho e avaliação das políticas públicas.

É interessante, destacar que ocorrem mudanças constantes nas necessidades sociais presentes em uma determinada realidade, mas há um fato que se sobrepõe ao processo de desenvolvimento das políticas públicas, sendo a grande diversidade de problemas enfrentados em realidades diferentes. A Política Pública vista como ação

intencional do Estado junto à sociedade, segundo Matias-Pereira (2010b) deve ser avaliada sistematicamente levando em consideração sua importância e adequação às necessidades sociais.

Para Trevisan e Bellen (2008) compreender o sucesso e fracasso das políticas públicas implantadas é fundamental para o melhor desempenho da Administração Pública, visto que estas influenciam diretamente no planejamento governamental. Considerar, mensurar, comparar, promover e julgar determinada ação tendo como referência um valor com a efetiva participação dos atores envolvidos no que está sendo avaliado.

Segundo Gentili e Alencar (2001, p.87) a cidadania deve ser compreendida como o conjunto de normas que mediam a relação entre o Estado e os indivíduos, onde o primeiro confere legitimidade ao indivíduo para permanecer em um determinado território de sua administração, já o cidadão tem garantidos formalmente, por meio da lei, os seus direitos e deveres previstos na Constituição.

Estudar como são formuladas e aprovadas às decisões do governo perante as necessidades sociais e econômicas por parte da população, podem ser apresentados questionamentos mais relevantes para superar as dificuldades enfrentadas pela sociedade, evitando a formulação de políticas públicas tecnicamente bem estruturadas, mas que não conseguem atender satisfatoriamente as necessidades públicas.

De acordo com Jacobi (2002, p. 444):

“A participação popular se transforma no referencial de ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também de garantia da execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural e de liberalização da economia e de privatização do patrimônio do Estado”.

Para muitos cidadãos a política pública é meramente apresentar propostas eleitorais e não relacionam com os resultados. Geralmente são esquecidas pela sociedade, isto é um fator que contribui para o atendimento insatisfatório dela. A importância é buscar equilibrar esforços em comunicação, distribuição e promoção de modo a melhorar o relacionamento do Poder Público com a população (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Além de ser importante para o estudo das ações governamentais, também significa dizer que as políticas públicas consistem em um processo que pode incorrer em erros, perspectiva distante da visão sistêmica na qual entende-se que intenções são capazes de gerar inputs e que esses, processados pela máquina pública, geram outputs previamente planejados (THEODOULOU, 1995).

O processo de planejamento público, está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como está disposto do art.4 ao art.10, tendo como principal objetivo prevenir e corrigir possíveis problemas administrativos, facilitar a condução da gestão, alterar condições indesejáveis para a Gestão Pública, viabilizar a aprovação, execução das propostas mais vantajosas e além da possibilidade aprimorar as ações a serem desenvolvidas (BRASIL, 200).

Segundo Oliveira (2004), o planejamento consiste em identificar, analisar a estrutura, coordenar a missão, propósitos, identificar os desafios, definir os objetivos, as metas, estratégias, projetos, programas e atividades, para alcançar de modo mais eficiente e eficaz o maior desenvolvimento possível, concentrando da melhor maneira os esforços e recursos.

Com a promulgação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, pode ser considerada como um conjunto abrangente de diretrizes e instrumentos urbanísticos, concedendo, em especial, ao Poder Público Municipal, a elaboração, aprovação e execução do plano diretor que, deverá ser realizado por meio de processos participativo, eis que a referida Lei, denominada Estatuto da Cidade regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição de Federal de 1988 proporcionando a aplicação de instrumentos de organização e planejamento de desenvolvimento urbano.

Além disso, conclusões mais apressadas podem sugerir que, por ser papel exclusivo de atores governamentais, o Estado assumiria, assim, características elitistas e um baixo *accountability*, isolando a sociedade do processo decisório. É importante destacar, desde já, que organizações não governamentais (a iniciativa privada ou quaisquer agentes não governamentais) não produzem políticas públicas. No entanto isso não significa dizer que essas organizações não possam influenciar, direcionar, regular, controlar ou mesmo ajudar a formular políticas públicas (BRASIL, 2013).

2.2. MUDANÇA POLÍTICA E A CULTURA SOCIAL

No início da década de 2020, face aos graves problemas de desigualdade sociais que preocupam as sociedades modernas, os impactos políticos ocasionados pelas mudanças ocasionada pela implantação de instrumentos de participação social vêm ganhando enorme relevância, de maneira que, praticamente, se tornou impossível o planejamento de obras e serviços públicos sem a consulta da população sobre essas questões. A ausência de conhecimento da legislação que rege o desenvolvimento das

ações pública pode, para até mesmo, inviabilizar técnica e economicamente um projeto tido inicialmente como atraente (CAMOLI *et al.*, 2017).

Na etapa da avaliação que é possível mensurar o resultado da implementação de determinada política. Para Jannuzzi (2009), nos processos de avaliação os indicadores são ferramentas de gestão e controle que medem um fenômeno, suas alterações, podendo indicar a direção das mudanças necessárias.

Por isso, reveste-se de extrema importância em qualquer processo de contratação de obras, sejam públicas ou privadas, o planejamento da interface ambiental, com o devido conhecimento da legislação que regulamenta o assunto, bem como da correta consideração das medidas mitigadoras a serem implementadas no empreendimento, as quais, muitas vezes, possuem custos significativos (TCU, 2020).

Segundo Chiavenato (2010), a mudança consiste na passagem de um estado para outro. A mudança ocorre em todas as partes, nas organizações, nas escolas, nas cidades, nos produtos e serviços e nas pessoas. Quando feita de maneira errada pode arruinar e até mesmo provocar a falência de uma determinada organização.

A partir do momento que novas políticas e procedimentos são expostos, uma nova postura profissional é exigida. Vergara e Silva (2003) afirmam que é preciso que se veja a mudança organizacional também como uma mudança de relações: do indivíduo com a organização, dele com seus pares, da organização com a sociedade, do indivíduo com a sociedade e dele consigo mesmo. Ainda de acordo com esses autores, uma limitação dos modelos tradicionais de gestão de mudanças.

Independente da hierarquia onde o indivíduo se encontre, ele é uma “peça” do grupo que move a máquina administrativa na prestação de seus serviços públicos. Por mais racional que seja entender que precisa ocorrer uma mudança, em relação à participação popular, no desenvolvimento das decisões do governo deve-se levar em consideração a subjetividade dos indivíduos que compõe a população. Ao ignorar esta situação, a mudança sociopolítica pode parecer não se preocupar com as diversas situações, desenvolvendo a resistência aos novos cenários (MENEGON, 2010).

Para Mohrman e Mohrman (1995), o importante para a sobrevivência das organizações é que estas se tornem aprendizes eficientes e que sejam capazes de se adaptar à rápida alteração de condições em seu ambiente, gerando a inovação que lhes dará vantagem competitiva, permitindo, assim, sua sobrevivência

Mudança política de acordo Hermann (1990, p. 4) pode significar desde uma alteração de uma posição no mercado em que está inserida, mudança em sua função

social, modificação em seu direcionamento estratégico, com uma possível alteração na sua abordagem, ou mudança em sua cultura, com reavaliação de seus valores e práticas em diferentes níveis de autoridade e responsabilidade (MENDES, 2014).

De acordo com Turner (1997), a cultura consiste em um processo de práticas que definem o nosso modo de ver o mundo, moldando nossos comportamentos, nossas práticas, as relações com as demais pessoas, a estrutura dentro das instituições e os significados que constituem nossa existência. (HERNANDEZ e CALDAS, 2001).

2.3 A RESISTÊNCIA À MUDANÇA NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A resistência é apresentada como a maior dificuldade de se implementar uma mudança, e muitos esforços são dedicados a procurar meios para superar essa resistência. Geralmente as pessoas resistem à mudança porque esta traz prejuízos a elas. E as prejudica não somente por questões psicológicas de medo e incerteza, mas algumas razões bem claras, a maioria das iniciativas para o processo de mudanças confere pelo menos para alguns, mais trabalho, menos salário ou demissão (O'TOOLE, 1985).

A resistência à mudança está presente até mesmo em organizações buscam novas transformações, como demonstrado a seguir:

“As pessoas resistem à mudança quando consideram que suas consequências são negativas. Embora as pessoas sejam diferentes em termos de sua disposição em antever consequências negativas, e mesmo quando suas razões pareçam lógicas ou até equivocadas a quem está de fora, as pessoas não resistem automaticamente às mudanças. As pessoas resistem às mudanças por alguma razão e a tarefa do gerente é tentar identificar essas razões e, quando possível, planejar a mudança de modo a reduzir ou eliminar os efeitos negativos e corrigir as percepções errôneas (COHEN; FINK, 2003, p.350)

Entender a realidade social é considerar os diversos fatores situacionais, que moderam o processo de percepção e avaliação das transformações. Esses fatores referem-se às diversas realidades sociais proporcionadas pelo ambiente político em que os indivíduos estão inseridos; mais especificamente, eles geralmente são provenientes do grupo a que o indivíduo pertence ou da realidade propriamente dita, por meio dos seus canais formais e informais de comunicação.

O desenvolvimento local, para Haveri (1996), normalmente está associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições do contexto. Requer mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo.

Para Jará (1998) o desenvolvimento do município depende, tanto dos próprios recursos e potencialidade, quanto dos relacionamentos socioeconômicos e das alianças políticas com outros municípios. “A atividade econômica é implementada por meio de diversas formas de organização, considerando que bens e serviços são produzidos pelas unidades familiares, por empresas e pelo Estado” (MATIAS-PEREIRA, 2010b, p.118).

A comunicação foi apontada acima como um dos possíveis meios para contornar a resistência à mudança. Por mais simples que possa parecer esta estratégia, Silva e Vergara (2003) destacam que a grande dificuldade encontrada por gestores em processos de mudança, está no alinhamento dos colaboradores no que corresponde a comunicação, compreensão, assimilação e execução dos objetivos propostos pela organização. Diante dessa falta de alinhamento, mudar elementos de uma cultura torna-se um desafio ainda maior, uma vez que não existe por parte dos envolvidos e coerência entre o que é falado e no que feito.

Dentre as peculiaridades a serem identificadas e investigadas no processo de adoção da participação popular nas políticas públicas, consistem na análise da distribuição de recursos e serviços públicos, da nomenclatura usada nas políticas públicas, às políticas que impulsionam o desenvolvimento social, eventuais mudanças ou ajustes que precisam ser feitos, e as características e visões dos governantes.

Para Souza, as políticas públicas englobam o estudo de quatro elementos: “a própria política (*policy*), a política (*politics*), a sociedade política (*polity*) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas” (SOUZA, 2006, p.40).

O entendimento dos principais modelos e das teorias, por parte da população, pode permitir aos próprios tomadores de decisão situar os problemas, prever as possíveis dificuldades de implantação, a trajetória a ser percorrida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições nas quais serão envolvidos ou afetados por ela (LASWELL, 1936). Para Nadler, Gerstein e Shaw (1993), um sistema é uma série de elementos interrelacionados e que qualquer mudança em um elemento afeta os demais. E que estes elementos se interagem com o seu ambiente recebendo insumos e transformando estes em produto.

Em outras palavras, a forma como o problema poderá ser resolvido da melhor forma, seus participantes, sua arena decisória, seu desenho, suas escolhas alternativas, os incentivos ou os constrangimentos formulados para que haja adesão à política pública e a influência das políticas anteriores são fatores essenciais para o desdobramento da política pública culminado em seu “sucesso” ou em seu “fracasso”.

3 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser compreendida como um procedimento racional e sistemático cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos. Esta ocorre mediante o concurso de conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

A pesquisa segundo Gil (2009, p.17) “[...] é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.”. Nesta perspectiva, para a realização do estudo foi realizada pesquisa aplicada no município de Aratuba/CE, com a finalidade de buscar explicações de como a participação social nas decisões públicas influenciam no desenvolvimento municipal.

Para a concretização do objetivo proposto foi realizada pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que consideramos o mais apropriado para o tipo de análise que se pretende fazer. No que diz aos meios de investigação, optamos pela pesquisa de campo, a fim de comparar os dados coletados com o a teoria estudada correlacionando-os com a realidade do município.

De acordo com Malhotra (2001, p.155) a pesquisa qualitativa é definida com uma técnica de “[...]pesquisa não-estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras, que proporciona insights e compreensão do contexto do problema” que está sendo estudado”. Portanto, a pesquisa qualitativa será realizada por meio de análise documental do histórico municipal e da aplicação de entrevistas realizadas com cidadãos e gestores dos órgãos de saúde e educação do município, a respeito da qualidade dos serviços públicos, utilizando-se das informações coletadas e correlacionando tais informações.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

De acordo com a IBGE (2020), o município de Aratuba é pertencente ao Estado do Ceará, localizado a 40 quilômetros da cidade de Baturité e a 120,3 quilômetros da capital cearense Fortaleza. Localizado na mesorregião norte cearense e na microrregião de Baturité. Com área territorial de 119,758 Km², fazendo divisa com os municípios da Canindé, Capistrano, Itapiúna e Mulungu.

O referido município tem sua formação como núcleo urbano iniciada lentamente a partir do século XVII, com as catequeses dos jesuítas e com pessoas oriundas de Baturité e de outras regiões atraídos pelo clima e condições frutícolas. Dentro do município a agricultura é algo muito forte, a base da economia se dá a partir da plantação de hortaliças, mais para o lado da agricultura familiar, e pequenas empresas onde as pessoas vivem relativamente bem. Os principais produtos cultivados são hortaliças de maneira geral, bananas, feijão, milho, fava e outras hortaliças típicas da região.

Sua denominação tem origem indígena, significando “ajuntamento de pássaros”, originalmente era Coité, árvore da família das Bignoniáceas muito abundante na região, depois Santos Dumont, em homenagem ao chamando pai da aviação, e desde 1950 se chama Aratuba.

3.2 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi utilizada na pesquisa os métodos de entrevista e observação. Serão analisados primeiramente, realizada uma pesquisa bibliográfica, com consulta periódicos, artigos, livros e sites da internet, para logo em seguida ser realizada uma análise de documentos oficiais fornecidos no site da Prefeitura Municipal de Aratuba, como leis, documentos expedidos, entre outros, serão obtidas informações a respeito da gestão municipal atual e de gestões anteriores, sendo estas correspondentes ao período de estudo. Assim, poderão ser analisadas as políticas, programas, projetos, planos contidos no planejamento municipal.

Por meio das entrevistas serão coletados dados para a descrição de conhecimento e participação social nas políticas públicas e de desenvolvimento a nível municipal. Ruiz (2011) descreve a entrevista como uma técnica que é constituída pelo diálogo com o objetivo de reunir de determinada fonte, dados considerados importantes para a pesquisa em andamento. Ainda destaca a importância da pesquisa bem elaborada, juntamente com a seleção criteriosa dos informantes.

O roteiro de entrevista utilizado na pesquisa é caracterizado como entrevista semiestruturada e formal, elaborado com base nos estudos de TRIVIÑOS (1987, p.146) segundo o autor, a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiadas em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa; e nos estudos de MANZINI (1990, p.154), para o autor a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas

principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

As entrevistas foram realizadas com 500 pessoas, dentre as quais 419 são beneficiários dos serviços públicos, na maioria trabalhadores com renda baseada na agricultura, e 81 funcionários, atuantes na Prefeitura Municipal, na Secretaria de Assistência Social, na Secretária de Educação e no Sindicato Rural dos Trabalhadores, dentre gestores e servidores públicos, sendo utilizada a análise de discurso para o tratamento dos dados coletados.

Devido ao momento de isolamento social provocado pela pandemia do covid-19, as entrevistas foram realizadas de forma online, porém quando possível foram realizadas de forma presencial, aplicada individualmente para os funcionários públicos e coletivamente para os usuários desses serviços juntamente com suas famílias, os entrevistados foram constatados antecipadamente por meio das redes sociais para evitar choque com seus horários de expediente, no período do dia 26 de setembro de 2020 até o dia 20 de março de 2021.

As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos, sendo realizada uma pequena explicação do tema quando necessário, foram gravadas e, posteriormente, transcritas para então serem analisadas. Transcrever e ler cada entrevista realizada, antes de partir para a seguinte ajuda a corrigir erros, a evitar respostas induzidas e a reavaliar os rumos da investigação (ALBBERTI, 1990).

Por meio da entrevista foram coletados dados e informações a respeito do planejamento municipal e execução deste no município, a partir de processos administrativos e serviços a serem executados pelas secretarias responsáveis. Também foram coletados dados de organizações públicas e privadas a respeito de sua organização e funcionamento cujas atividades econômicas e sociais podem impactar no desenvolvimento municipal.

Já a observação, para Marconi e Lakatos (2010) é a técnica utilizada para conseguir informações utilizando-se dos sentidos, não consistindo em apenas ver e ouvir, mas também examinar determinados aspectos da realidade.

Na presente pesquisa foi realizada observação no decorrer da coleta de dados por meio das entrevistas. A observação da coleta de dados foi realizada a partir da aplicação das políticas públicas, dos planos, programas e projetos municipais confrontando os dados obtidos com sua aplicação no município.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados e sua interpretação são realizadas após a coleta destes. “A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação” (GIL, 2000, p.50). Já a interpretação busca dar sentido mais amplo às respostas.

A análise dos dados foi realizada a partir da comparação entre a execução a satisfação da população em relação aos serviços prestados, sendo este compreendido entre os anos de 2019 e 2020. Esta análise foi realizada a partir de indicadores socioeconômicos do município de Aratuba e de informações a este relacionadas, que permitem traçar um perfil com as características municipais descritas no período mencionado acima.

Também foi realizada comparação entre os dados e informações obtidas por meio de indicadores, como as políticas públicas, programas, projetos e planos a fim de fazer um diagnóstico da realidade do município. Assim como destacar os possíveis motivos das mudanças ocorridas no período e que podem influenciar no desenvolvimento municipal.

Os resultados obtidos por meio das entrevistas foram analisados por meio da análise de discurso, que de acordo com Vergara (2008) a análise de discurso é um método que pretende não somente aprender como uma mensagem é transmitida, mas também explorar o seu sentido. Desta forma foram analisados e comparados, entre si, com base na literatura e na reflexão sobre os achados, como ressalta BARDIN (2011) a importância do rigor na utilização da análise de conteúdo, a necessidade de ultrapassar as incertezas, e descobrir o que é questionado.

Tendo em vista tamanha expressividade, mas ainda assim, aproximação terminológica, optou-se por tomar como balizador, deste estudo, as etapas da técnica propostas por Bardin (2011), uma vez que, é a obra mais citada em estudos qualitativos na área de Administração. Essas etapas são organizadas em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A fase da pré-análise visa ao planejamento da atividade a ser elaborada, escolhem-se os documentos, fórmulas e hipóteses e objetivos para a pesquisa. Esta fase apresenta subfases descritas por Bardin (2011), sendo elas:

a) Leitura flutuante que é o primeiro contato com os documentos, que podem ser conteúdo de mensagens, textos, entrevistas ou vídeos, que se deseja analisar;

b) Escolha dos documentos que serão utilizados na análise, devem obedecer às seguintes regras para a constituição do corpus;

. Regra da exaustividade, significa esgotar totalmente a comunicação sem omitir nada;

. Regra da representatividade, a amostra dos documentos deve representar o universo que será analisado, sendo que a definição de seu tamanho pode depender de questões como recursos humanos, econômicos e temporais;

. Regra da homogeneidade, os documentos devem pertencerem ao mesmo assunto, ser da mesma natureza e do mesmo gênero;

. Regra da pertinência, os documentos devem pertencer e adaptar-se ao objeto de estudo do conteúdo, o período de análise e maneira de realizar;

c) Formulação de hipóteses e dos objetivos que servem de diretrizes para os pesquisadores e retorno aos primeiros questionamentos que devem ser formulados por meio da leitura exaustiva do material.

d) Referenciação dos índices (assuntos tratados em um documento) e a elaboração de indicadores (medida que indica uma tendência), onde os assuntos que mais se repetem podem constituir o índice para o levantamento de indicadores;

e) Preparação do material, que consiste em editar/organizar as entrevistas transcritas ou dos artigos recortados ou das questões anotadas em fichas, de modo que estejam compilados

A segunda fase é a exploração do material, e consiste nas ações de codificação, categorização, desconto e enumeração, para Bardin (1977) a definição para codificação é a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, ao qual se representa as características do conteúdo, o objetivo da codificação é tratar os dados brutos e se tornar uma ligação significativa à teoria do pesquisador, onde se consegue adjetivar os trechos dos registros.

Para uma boa categorização Bardin (1977) e de Câmara (2013) concordam em possuir as seguintes regras:

a) Exclusão mútua: se um elemento é incluído em uma categoria, não pode estar presente em outra.

b) Homogeneidade: devem ser incluídas no mesmo assunto, natureza e gênero.

c) Pertinência: que as categorias sejam um reflexo de um mesmo universo.

d) Objetividade e fidelidade: manter e ser fiel com o seu objetivo previamente proposto.

e) Produtividade: o conjunto de categorias deve proporcionar novas inferências, dados e hipóteses. Essa fase de exploração do material o pesquisador administra e aplica as decisões realizadas anteriormente

A terceira fase é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, nesta etapa é onde os resultados obtidos por meio da segunda fase são trabalhados a fim de tornarem-se significativos e válidos, convergindo os resultados obtidos ao escopo teórico o que permite o pesquisador aproximar-se de conclusões, inferências e interpretações que levem ao progresso da pesquisa. Se necessário, pode-se utilizar operações estatísticas e ferramentas que sugiram inferências (BARDIN, 2011). A fim de ilustrar a aplicação desta técnica, será apresentado um caso exemplo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa da pesquisa foi desenvolvida a análise dos dados a partir da aplicação da entrevista e da observação. Para exposição das informações e dos resultados obtidos a presente seção foi dividida em tópicos: Perfil Econômico Municipal, Políticas Públicas e Planejamento Municipal, e por fim, a Participação Popular nas Políticas Públicas Municipais.

No tópico Perfil Econômico Municipal consta a descrição do perfil socioeconômico de Aratuba a fim de apresentar a situação do município em determinado período, assim como suas tendências futuras. No tópico Políticas Públicas e Planejamento Municipal são descritas as políticas públicas do município de Aratuba conforme estão descritas no planejamento municipal. No tópico A Popular nas Políticas Públicas Municipais são apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os gestores servidores e beneficiários dos serviços públicos, em sua maioria trabalhadores com renda baseada na produção agrícola, com o objetivo de expor as suas opiniões acerca do processo de inclusão social nas decisões públicas municipais.

4.1 PERFIL ECONÔMICO MUNICIPAL

4.1.1 FATORES PRODUTIVOS

Neste tópico serão descritos os setores econômicos de Aratuba a produção econômica local e sua forma de distribuição no município.

O processo produtivo municipal, segundo a Prefeitura Municipal de Aratuba (2020), desde sua origem, datada do Século XIX, as pessoas provenientes de outras regiões foram atraídas por seu clima e condições frutícolas, desde então a economia local passou por poucas alterações ao longo dos anos tendo como predominância a atividade agrícola, na maioria a agricultura familiar, sustentado pelo cultivo de banana, algodão, cana-de-açúcar, milho e feijão.

Atualmente o processo produtivo local é baseado na agricultura, na agropecuária e no setor de comércio sendo este dependente dos resultados da agricultura. Os setores econômicos do município se dividem conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Composição setorial do município de Aratuba

SETORES ECONÔMICOS
<p>. Setor Primário: é composto por um conjunto de atividades de produção de matéria-prima. A principal fonte é a agricultura com estrutura econômica com pouca diversidade de culturas, sobressaindo culturas de ciclo rápido e para exportação. As culturas que mais se destacam na região são as plantações de banana, cana-de-açúcar, milho e feijão. Há o cultivo de atividades hortifrutigranjeiras em propriedades que envolvem a agricultura familiar. É predominante no município a atividade de monocultura e propriedades de pequeno porte. A pecuária, com incentivo à diversificação sendo as principais atividades a criação de bovinos para corte e leite, suínos e aves.</p> <p>. Setor secundário: é o setor que transforma a matéria-prima em produtos industrializados. Há no município a presença de três indústrias sendo duas de produtos alimentares e uma que produz bebidas.</p> <p>. Setor terciário: é o setor que envolve a comercialização de produtos em geral e a oferta de serviços comerciais, pessoais ou comunitários a terceiros. O comércio é pouco diversificado, sendo comum a demanda de local ser suprida pelo comércio dos municípios de Capistrano, Baturité e Aracoiaba.</p>

Fonte: Prefeitura Municipal de Aratuba (2020).

Assim como os demais municípios da microrregião de Baturité, o município de Aratuba tem no setor primário a base de suas atividades econômicas e conseqüentemente, de geração de riquezas. A produção e exportação de matérias-primas não geram riqueza significativa, pois estes produtos não possuem valor agregado como ocorre com os produtos industrializados.

O setor secundário é incipiente e o setor terciário não apresenta diversificação e especialização capaz de evitar que seus habitantes busquem em outras cidades produtos e serviços especializados.

Para melhor visualizar serão apresentados numericamente os dados e informações a respeito da realidade local serão apresentados alguns indicadores referentes ao município de Aratuba relacionados aos fatores de produção local. Segundo Januzzi (2009) os indicadores permitam reconstruir um retrato aproximado da realidade social.

O Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com Januzzi (2009) corresponde ao valor dos bens e serviços finais produzidos no país ou região em um determinado período. O PIB a preços correntes é a soma do que foi produzido e comercializado no período de um ano, seu objetivo é mensurar a atividade econômica de uma região. O PIB per capita, segundo o IBGE (2020), é a produção total dividida pelo número de habitantes, representando o grau de desenvolvimento econômico de um país.

A evolução do PIB pode ser visualizada a partir da Tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Evolução do PIB do município de Aratuba 2013-2018

ANO	PIB per capita
2013	R\$ 5.680, 11
2014	R\$ 7.218,06
2015	R\$ 7.373, 04
2016	R\$ 8.262, 42
2017	R\$ 13.199, 48
2018	R\$ 11.444, 89

Fonte: IBGE (2020).

O PIB per capita estava elevando-se constantemente de 2013 até 2017, com queda em 2018. Assim percebe-se uma evolução de aproximadamente 49,63 % do ano de 2003 para o ano 2018.

Assim, percebe-se que teoricamente a renda média disponível às pessoas passou a ser maior no período considerado, ou seja, em cinco anos houve elevação da renda per capita, principalmente no ano de 2017. É importante salientar em relação ao PIB per capita, que toda a renda toda a renda gerada da produção no município não é apropriada pela população residente, que a geração de renda e consumo não é necessariamente realizada no município e isto não demonstra que todas as pessoas tenham o mesmo valor monetário de renda ou mesmo acesso a bens. Ou seja, enquanto alguns têm renda elevada, há uma parte da população que sobrevive com menos de um salário-mínimo.

O PIB do município é composto pelos ramos de atividades da agricultura, agropecuária, indústria e serviços, que representam o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos. Assim, o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos, segundo a FEE (2020) corresponde ao valor que a atividade econômica acrescenta aos bens e serviços consumidos no processo produtivo, ou seja, consiste no cálculo do que cada ramo de atividade adicionou ao valor do produto em cada etapa do processo produtivo.

Pela análise do PIB e informações a este relacionadas percebe-se que o município é predominantemente dependente da atividade agropecuária, tendo o setor primário como maior gerador de impactante no PIB municipal e o terceiro setor, ainda começado a sua caminhada, responsável no período de 2013 a 2018 por sua elevação.

4.1.2 - FATORES SOCIOECONÔMICOS

Nesta parte do estudo foram considerados no âmbito dos fatores socioeconômicos informações populacionais, distribuição de renda, mercado de trabalho municipal e desempenho setorial que estão relacionados às condições de vida da população.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico de 2010, a população de Aratuba era de 11.529 habitantes, e atualmente em 2020 está em torno de 11.802 habitantes, com uma densidade demográfica de 100,44 hab./km

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo Jannuzzi (2001) é um indicador capaz de oferecer um diagnóstico da situação atual considerando dimensões de renda, saúde e educação. Tendo como objetivo oferecer um contraponto ao PIP per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Desta forma o IDH, parte do pressuposto de que analisar o avanço de uma população implica considerar não apenas a dimensão econômica, mas também outras características culturais, sociais e políticas que influenciam na qualidade de vida da população.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) constitui índice que agrega outros indicadores sociais, sendo utilizado para pontuar o nível de qualidade de vida de uma população. Como demonstram dados do IBGE (2020), o IDHM para o município de Aratuba teve evolução de 1991 para 2010. O IDHM pode melhor ser visualizado, assim como os respectivos fatores no gráfico a seguir.

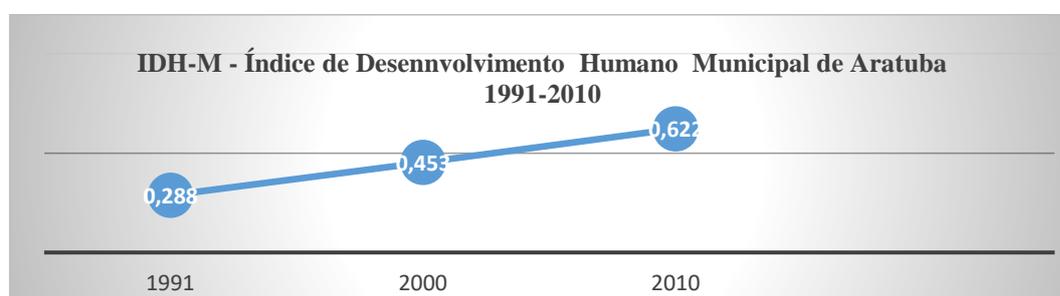


Figura 1: IDH-M Índice de Desenvolvimento Municipal de Aratuba 1991-2010

Fonte: IBGE

Por meio do Figura 1 percebe-se que todo o IDHM aumentou no período de 1991 a 2010, sendo em 1991 de 0,288 e em 2010 sendo de 0,622, ocorrendo um aumento de 0,334 neste período.

Há de destacar também que são responsabilidades do poder público, as áreas de saúde e educação e que recebem transferências de recursos a nível federal e estadual. E, o fator renda, referente ao setor econômico, é menos influenciado pela gestão municipal devido à diferenciação de transferência como acontece em outros setores mencionados, mas que possui grande influência no município, podendo assim impactar no seu indicador e no desempenho da área. Além desta, do setor econômico estar exposto a vulnerabilidades de fatores externos e outros fatores internos, como mercado internacional, fatores ambientais etc.

Contudo, há que se atentar para as limitações que podem ser encontradas com o uso de tais indicadores, como por exemplo, a falta de indicadores mais atualizados ou a respectiva formação e composição a cada dois, cinco, dez anos. Nos exemplos citados cabe lembrar que o último PIB divulgado consta do ano de 2018 e o último IDH-M divulgado é do ano de 2010, conforme informações confirmadas em consulta aos dados municipais disponibilizados no site do IBGE. Isso requer que o gestor busque associar as informações representadas pelos indicadores e outras informações disponíveis para potencializar a gestão de políticas governamentais voltadas para as questões de desenvolvimento.

Em relação aos vínculos empregatícios tem que se considerar que há pessoas que residem no município, mas que se deslocam para outros municípios para trabalhar. Também há muitas pessoas que trabalham em condições de informalidade, principalmente no setor do comércio, agropecuária e construção civil. No setor agropecuarista é muito comum o trabalhador não manter vínculo empregatício e fazendo apenas negociação verbal, trabalhando como diarista ou de forma temporária, como em período de safra.

Neste cenário de constantes mudanças municipais, sendo estas rápidas e incertas, associada a uma demanda cada vez menos previsível, destrói e recria permanentemente a economia local, é necessário analisar as diferentes realidades para direcionar as mudanças como proposto por Jannuzi (2009), favorecendo setores da sociedade com maior capacidade de mobilidade e adaptação. Dessa forma, alguns grupos sociais têm maior poder de pressão, não só econômica ou financeira, mas também política, na distribuição dos recursos existentes na cidade.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO MUNICIPAL

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ter autonomia política, podendo assim fazer a elaboração de leis e da escolha de seus governantes, ampliando, assim, suas competências.

Segundo Carbone (2006) a competência diz respeito à possibilidade atribuída a alguém ou alguma instituição para apreciar e julgar certas questões. Na esfera pública capacidade refere-se à responsabilidade e encargos atribuídos a cada esfera governamental para realização da gestão. Estas são descritas na Constituição Federal e na esfera municipal na Lei Orgânica.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as competências podem ser privativas para cada ente público, comuns ou concorrentes. O município tem ampla autonomia para definir estratégias e aplicar recursos para competências privativas ou exclusivas (BRASIL, 1988).

O Desenvolvimento Socioeconômico, conforme o Plano Plurianual (PPA) (2018 - 2021), presente no site da Prefeitura Municipal, ocorrerá mediante políticas articuladas à preservação, controle e recuperação do meio ambiente que visam reduzir a desigualdade social e melhoria de qualidade da vida da população. São objetivos: desenvolvimento de cadeias produtivas; divisão e produção de conhecimento tecnológico; oportunidade de trabalho e renda, visando inclusão econômica; o desenvolvimento rural sustentável; inclusão social e distribuição de renda; vinculação entre desenvolvimento econômico e as políticas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, e demais políticas públicas.

As políticas públicas são elaboradas a partir da demanda da população. A partir da formação das políticas públicas são elaborados os programas que serão descritos no plano de governo para atender a demanda e posteriormente a execução dos programas em projetos.

Segundo Cohen e Franco (2000) quando nos referimos aos programas, estamos falando de um conjunto de projetos que buscam o mesmo objetivo. O projeto é vinculado a uma situação-problema, a fim de solucionar ou melhorar tal situação. Possui características específicas, tem um ciclo de vida (são temporários) tem início, desenvolvimento e término definidos, tem um objetivo e demanda recursos.

Os programas são compostos de projetos. Estes representam a execução do plano de governo do gestor eleito. Na esfera municipal os programas e projetos devem ser descritos no PPA do município para um período de quatro anos.

O PPA, está previsto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, sendo um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de quatro anos.

A Lei nº 547/2017 dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Aratuba, para o quadriênio de 2018 a 2021 (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA, 2020). O objetivo desta legislação é a organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, ou seja, concretizar a realização das ações.

O PPA demonstra as aplicações das receitas previstas no orçamento municipal. Sendo neste descrito a que o orçamento é vinculado a cada programa e projeto. Mas a vinculação do PPA ao orçamento municipal não garante o cumprimento de todos os itens descritos em seus textos.

Caso não consiga realizar os programas, projetos e obras na gestão o Poder Executivo Municipal tem no poder discricionário, o aparato para justificar o não cumprimento das ações, assim como também tem em tal poder a possibilidade de fazer o remanejamento de recursos de um programa para outro considerado prioritário e de maior necessidade. Isto ocorre porque a gestão está sob sua incumbência e competência.

Como o PPA é para o quadriênio, de 2018 a 2021, a gestão pública municipal tem aparato legal para cumprir até o fim de sua gestão os itens relacionados ou justificá-los. Lembrando sempre que deve ser respeitada a LRF.

As iniciativas de desenvolvimento na esfera municipal devem ser promovidas por meio de mecanismos de participação da sociedade nas decisões descentralizadas que envolvem o planejamento, exigindo integração e esforço de parceria entre governo, empresas privadas, empresa paraestatal e sociedade civil organizada ou não, para que implique em responsabilidade política e técnica para execução e complementação das políticas públicas. O fomento do desenvolvimento municipal depende da interação e articulação dos atores sociais e econômicos, institucionais, públicos e privados.

O Estado busca por meio de políticas públicas e por meio de projetos, dar apoio à atividade empresarial com o objetivo de se criar os mecanismos para geração de emprego e renda e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população. Mas percebe-se no município de Aratuba que ainda há a falta de interesse da população ou mesmo de capacidade empreendedora utilizar-se destas alternativas.

4.3 PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

No presente capítulo são analisados os resultados das entrevistas realizadas com os servidores públicos e com os usuários dos serviços públicos no município pesquisado, com o objetivo de expor as suas opiniões acerca da participação social na formulação das políticas públicas municipais.

As discussões foram feitas com base na literatura que compôs o referencial teórico de modo a auxiliar as respostas dos entrevistados e promover a compreensão da temática e dos objetivos do trabalho. A primeira parte do roteiro de entrevista refere-se à descrição dos participantes, cujos dados foram analisados e apresentados no item participantes, e segunda parte visa avaliar a satisfação dos gestores e beneficiários sobre as políticas públicas.

4.3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

4.3.1.1 Dados pessoais

a) Sexo

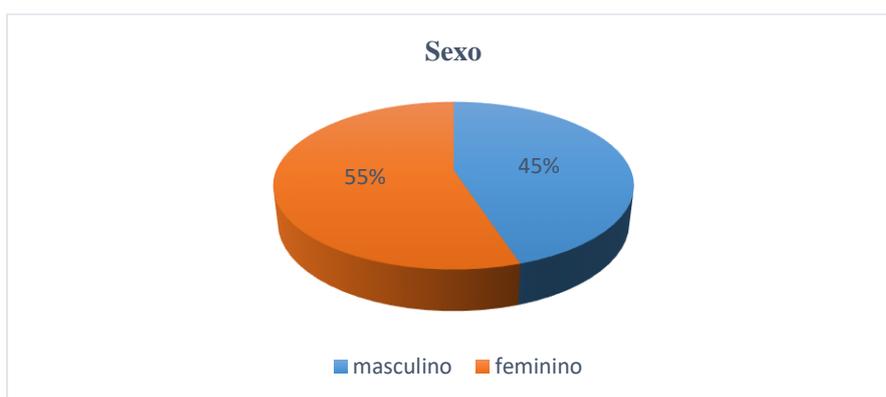
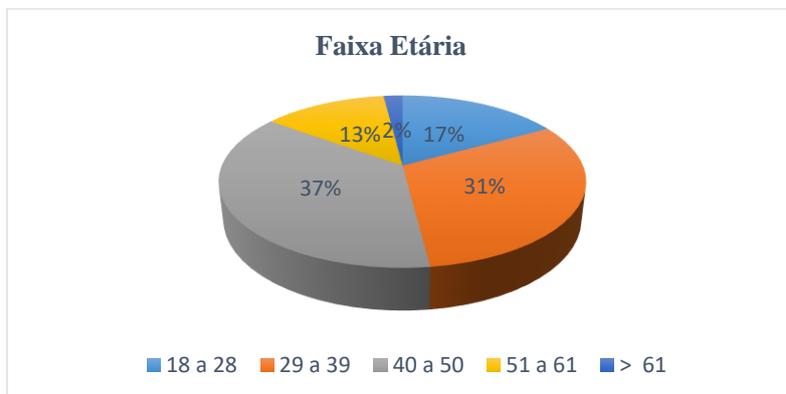


Figura 2: Sexo

Fonte: Pesquisa própria, 2020

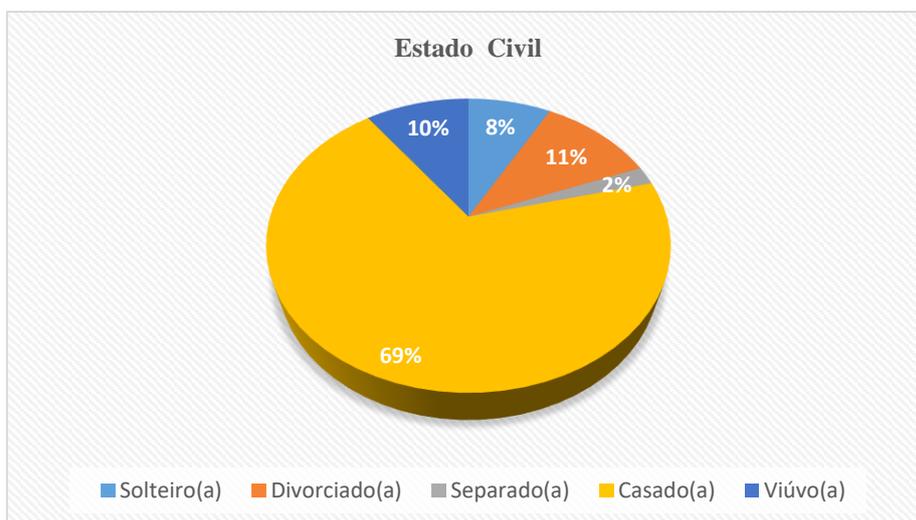
Neste quadro percebe-se que 225 das pessoas que responderam à pesquisa são do sexo masculino e representam 45 % dos entrevistados, e 275 das pessoas do sexo feminino e representam 55 % dos entrevistados.

b) Faixa Etária

**Figura 3:** Faixa Etária**Fonte:** Pesquisa própria, 2020

Este gráfico demonstra que 52 % das pessoas entrevistados possuem mais de 40 anos, com predominância de clientes com idade entre 40 e 50 anos, totalizando 10 pessoas, seguido da faixa acima de 61 anos.

c) Estado civil

**Figura 4:** Estado civil**Fonte:** Pesquisa própria, 2020

Pode-se observar que 69% são casados, 13% são separados ou divorciados, 10% são viúvos e 8% solteiros. Por ser a maioria dos entrevistados casados, entende-se

que são pessoas com certa experiência e que já possuem famílias formadas. Na sua maioria, são pessoas que construíram seu patrimônio ao longo da vida.

d) Escolaridade

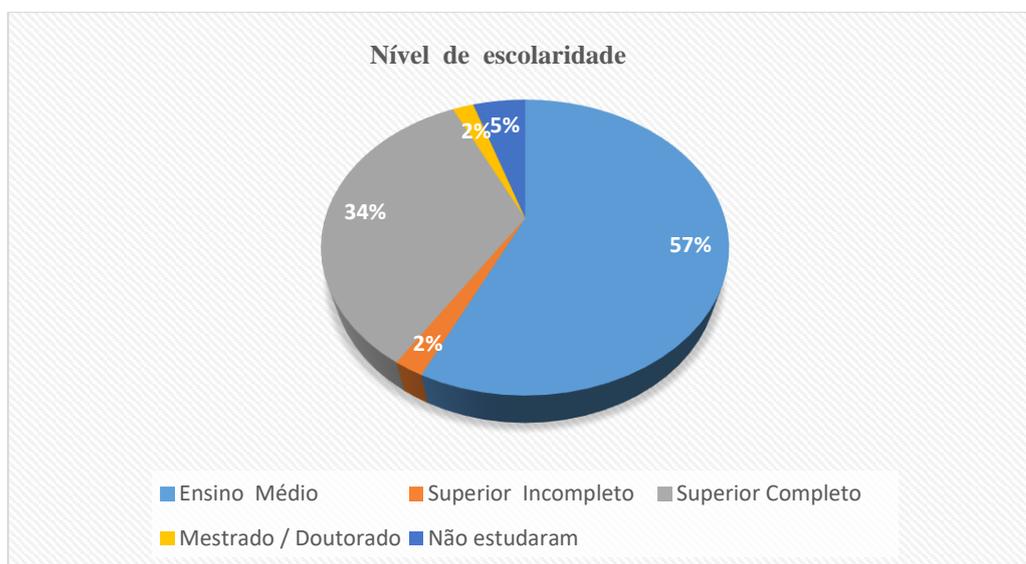


Figura 5: Nível de escolaridade

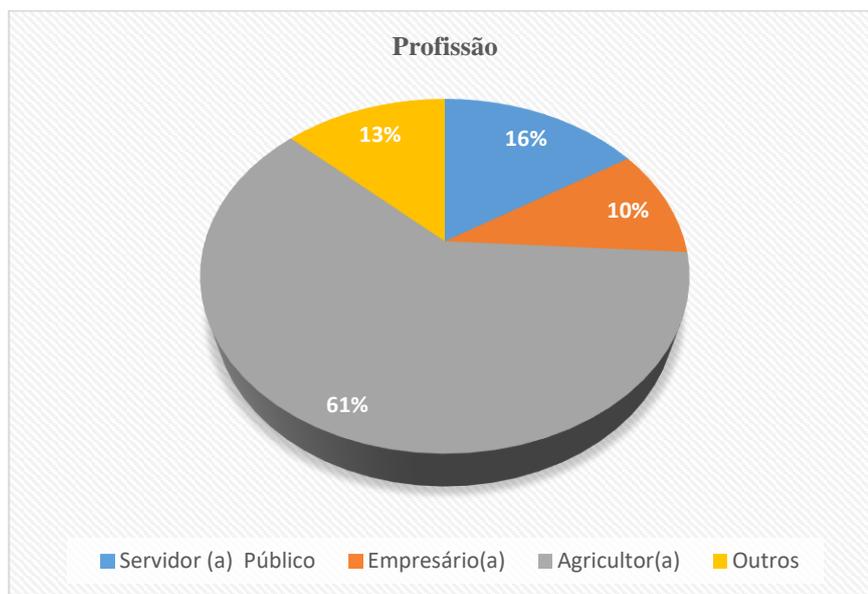
Fonte: Pesquisa própria, 2020

Ramos *et al.* (2012) destacam que o maior nível de escolaridade é predominante entre os representantes do poder público quando comparados aos representantes da comunidade em razão de serem indicados aqueles com maior experiência e qualificação, ambos aspectos que combinados podem resultar em integrantes também com idade mais elevada.

A Figura 5 demonstra que 57% dos entrevistados possuem o ensino médio completo, apenas 34 % estão com o curso superior completo e 2% possuem alguma especialização, dentre os entrevistados 25 não tiveram condições de acesso à educação, pois tiveram que começar a trabalhar muito cedo, o que representa 5% do total.

É importante que o cidadão ao ser admitido, passe a desenvolver um padrão de atendimento por meio do treinamento global, específicos, suporte de atendimento e métodos e técnicas de ensino. Dessa forma ele poderá desenvolver um processo contínuo de identificação e criação de novos valores com os clientes individuais da empresa e o compartilhamento de seus benefícios durante uma vida toda de convivência.

e) Profissão

**Figura 6:** Profissão

Fonte: Pesquisa própria, 2020

A questão profissão foi apresentada no questionário como uma pergunta aberta. Dos 500 entrevistados, 81 responderão que são servidores públicos, 50 são empresários, 300 trabalham na agricultura, 10 são professores, 20 são autônomos e 39 encontram-se desempregados.

4.3.2 RESULTADO DAS ENTREVISTAS

O resultado da pesquisa é a parte mais importante de um projeto, pois será através dele que as respostas serão transcritas, para assim confirmar ou não a hipótese através das relações entre os resultados. (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Iniciou-se a entrevista com uma breve explicação sobre o papel das políticas públicas municipais, para que deixasse o entrevistado mais confortável para falar e responder as demais questões, perguntou-se como o entrevistado avalia a atuação dos órgãos públicos municipais no desenvolvimento das políticas públicas para a população, e foi observado que dos 500 entrevistados, que 99 não souberam responder alguma das perguntas, e apenas 100 entrevistados conheciam algum dos processos de formulação das políticas públicas.

Segundo Kotler (1996), satisfação é o sentimento de prazer ou de desapontamento resultante da comparação do desempenho esperado pelo produto ou

resultado do serviço, em relação. No mercado de serviços, portanto, a percepção da qualidade é fortemente influenciada pela experiência, um atributo que só pode ser avaliado depois da própria utilização do serviço.

Essas garantias fortalecem o desenvolvimento local, pois reduzem o risco da decisão de compra e forma lealdade atendendo às expectativas da pessoa. como apresentado a Figura 7 a seguir.

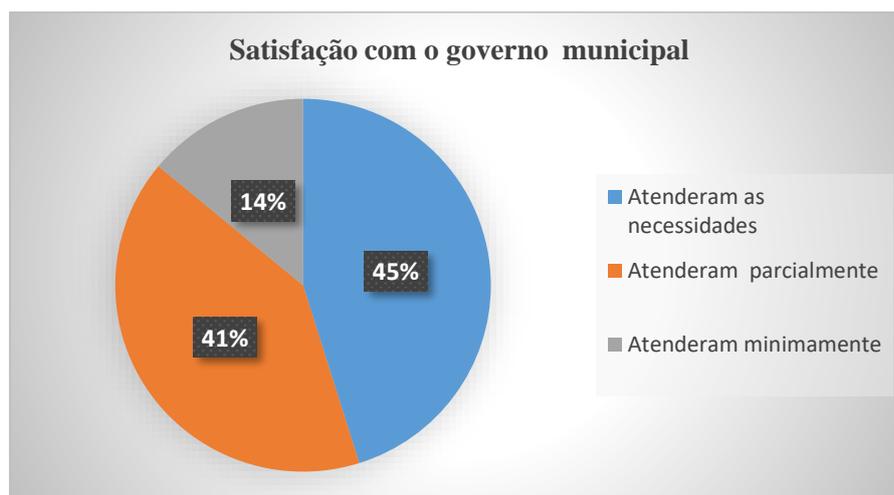


Figura 7: Satisfação com as decisões dos órgãos do governo municipal
Fonte: Pesquisa própria, 2020

Em relação as ações desenvolvidas pelo governo municipal como apresenta a Figura 7, dos entrevistados 210 pessoas, 42 % dos entrevistados responderam que atenderam suas necessidades, 190 pessoas, 38% dos entrevistados, responderam que atenderam parcialmente e 100 pessoas, 20% dos entrevistados, responderam que atenderam minimamente suas necessidades.

A primeira questão buscou investigar quais os principais desafios, dificuldades do governo municipal na satisfação da população local em relações aos serviços prestados, como apresenta Matias-Pereira (2010b) nos seus estudos a respeito da adequação das políticas públicas às necessidades da população. A seguir são apresentados dois trechos de entrevistas, para ilustrar os principais pontos destacados pelos entrevistados:

1.Qual sua avaliação sobre a atuação dos governos municipal na formulação de políticas públicas para a população do município?

“Ainda hoje, nos deparamos com muitos obstáculos que dificultam o atendimento de nossas necessidades como a falta de conhecimento do governo sobre nossa realidade, e quando os recursos chegam geralmente são insuficientes para nossa comunidade”. (Agricultor da comunidade Serrinha de Cima).

“A falta de conhecimento da nossa realidade, a falta de recursos para concluir os serviços públicos, a demora em sua conclusão. A Gestão Pública Municipal ainda não oferece condições satisfatórias para toda a população onde moro, mesmo que no geral atenda as principais necessidades”. (Servidora Pública da área de educação).

Nota-se nas respostas que ambos os participantes concordaram que diversos aspectos interferem no processo de prestação de serviços. Ambos relacionam em suas respostas aspectos materiais e de conhecimento das diferentes realidades. Assim, quando ponderam em relação à ausência de recursos materiais e estruturais, atitudes como não observar as necessidades sociais sobre diferentes perspectivas e a falta de comunicação entre sociedade e governo municipal, concordam que tais aspectos prejudicam a prestação dos serviços públicos.

Através da visão dos agricultores e agentes públicos a respeito da importância das políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico, notou-se conforme o que existe uma pequena percepção sobre como a gestão democrática é desenvolvida no município, onde eles podem opinar sobre a forma de gerir o município e como podem partilhar as suas necessidades, que podem ser resumidas em incentivos financeiros na agricultura e na recuperação de estradas.

Vale ressaltar que cabe aos servidores públicos capacitados em parceria com a população local elaborar juntos processos de adequação e alocação dos recursos públicos para superar os obstáculos na busca de solucionar os principais problemas enfrentados no município, como por exemplo a falta de infraestrutura em algumas comunidades.

Ao serem questionados sobre as condições e recursos, os servidores públicos atuantes na Prefeitura Municipal, consideram os recursos financeiros e materiais insuficientes, porém mesmo com o pouco o órgão, juntamente com os demais órgãos públicos municipais, busca atender a população da melhor forma possível.

As ações desenvolvidas no município são planejadas e publicadas no site oficial da prefeitura, e muitas vezes são apenas conhecidas pela população através deste veículo. Segundo os gestores entrevistados, o processo de participação dos diversos segmentos da comunidade e de democratização das decisões tomadas, poderia ser mais abrangente e mais participativo.

2. Quais são os principais projetos, programas e ações em curso e em planejamento, especialmente nos âmbitos da saúde e da educação, da previdência e assistência social, da segurança e de emprego?

“Projeto Mais Educação, coleta de lixo, dedetização para prevenir a zika e chikunngunya, são que eu conheço. Quando me perguntam a respeito deste serviço, simplesmente repondo em alguns aspectos sim, outros ficam a desejar, apontando apenas que poderiam divulgar melhor como o serviço está sendo executado.”. (Autônomo da comunidade Boa Água).

“Fiscalização para prevenção ao coronavírus, coleta de lixo, dedetização para prevenir a zika e chikunngunya. Em relação a satisfação com o serviço, não tenho muito que opinar apenas sobre o tempo da demora.” (Agricultora da comunidade Jardim).

A Lei de Acesso à Informação, no Art. 6 ressalta que:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:
I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e
III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso. (BRASIL, 2011)

O que se observa é que as disposições legais estabelecem que o sistema de gestão deve assegurar as condições necessárias ao acesso à informação, entretanto, a realidade que se apresenta é justamente o contrário dos preceitos legais, corroborando com a definição de planejamento apresentada por Oliveira (2004), a população que deve atuar como avaliadora das políticas públicas, na sua maioria não busca conhecer as ações públicas desenvolvidas no município.

A participação popular na formulação das políticas públicas passou a ser realidade a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), como afirma no artigo 1º, parágrafo único, deste então passou a ser utilizada como um meio para contribuir e influenciar no desenvolvimento de políticas públicas locais, através da relação entre os diversos membros sociais e o Estado, por exemplo a criação dos Conselhos Municipais que tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e o governo local, a fim de garantir a qualidade do funcionamento e a eficiência do processo de prestação de serviços públicos.

A pesquisa aponta também que apenas 150 entrevistados, conhecem ou participam das decisões tomadas pelo Conselho Municipal e ressaltam sua importância, pois, segundo os entrevistados ele é um órgão de maior autoridade, ou seja, que detém o

poder de decisão coletivo e cabe a ele as decisões mais complexas e importantes, pois o órgão é composto de vários membros da política municipal.

Como apontado nos estudos feitos por Jará (1998) o desenvolvimento do município não depende apenas da formulação leis e normas, estando ligado tanto aos próprios recursos públicos e a sua potencialidade, quanto dos relacionamentos aos fatores sociais e econômicos e de alianças firmadas outros municípios.

Respondendo sobre estes aspectos, os entrevistados observaram que a grande demanda social, a falta de busca e acesso à informação, falta de equipes multidisciplinares, pouca infraestrutura, dentre outros desafios, inibem o governo municipal de planejar e executar ações públicas com eficiência e eficácia ações que contribuam para um melhor desenvolvimento local.

3. Em sua opinião, quais são os principais problemas, desafios e conquistas no município?

“O número excessivo de pessoas solicitando um mesmo atendimento específico, falta de infraestrutura adequada, existência de uma equipe com pouca diversidade de especialização. Provocando muitos atrasos no atendimento da população, pois muitas vezes existentes ou surgem novas prioridades”. (Gestora da Unidade Básica de Saúde de Pai João).

A visão dos gestores a respeito da gestão democrática, de acordo com os gestores públicos de saúde e educação, consiste numa forma compartilhada de administrar a as ações públicas, onde funcionários públicos, gestores públicos, famílias e as organizações trabalham em conjunto para a obtenção de objetivos estabelecidos de forma democrática, promovendo um espaço participativo e democrático que vise não somente o exercício da democracia, mas também a promoção da qualidade do processo de atendimento as necessidades sociais.

Nesse sentido, equipes especializadas devem saber identificar e analisar caso a caso para que se possa definir os métodos mais adequados a realidade presenciada. Esse trabalho de identificação do tipo de necessidade de um determinado local é essencial para que os gestores possam ser orientados, para se estabelecer quais as técnicas administrativas a serem adotadas no processo de prestação de serviços, para que se possa evitar a negligência tanto das pessoas quanto dos servidores públicos profissionais que lidam diretamente com essas pessoas e por fim, estimular o desenvolvimento socioeconômico delas.

Segundo eles, buscarão conhecer os processos tanto para aperfeiçoamento profissional quanto para conhecerem os seus direitos. Ao relacionar as respostas, todos

apresentaram um dado em comum, todos os entrevistados utilizavam os serviços, mas raramente davam sugestões para melhoras nos atendimentos.

No entanto, alguns entrevistados não concordam que esse modelo de gestão democrática se institua completamente na prática dos órgãos públicos, pois além da pouca participação da população existe uma falta planejamento para as reuniões. Assim, as reuniões acontecem sem que haja realmente um diálogo, discussão e sem envolvimento de todos os segmentos municipais.

Ainda na concepção destes, destaca-se que os instrumentos que estimulam a participação da comunidade são restritos, principalmente em relação aos agricultores, pois as únicas formas de estímulo são a reuniões que acontecem através da convocação e sempre com o mesmo objetivo: rever as ações já desenvolvidas pelo poder público e as ações levando em consideração apenas problemas isolados. A população não é participativa; a reunião sobre as políticas públicas conta sempre com uma minoria de pessoas ativas nas regiões e a preocupação dessas pessoas se restringe a própria realidade, não se preocupando com o bem das demais comunidades.

As normas do município são divulgadas depois de aprovadas por votação na câmara municipal, juntamente com representantes dos vários segmentos da sociedade, ficaram ciente dos direitos e deveres através das normas de atuação no mercado, através de decretos municipal, que tem a finalidade de garantir o desenvolvimento econômico e social. Os princípios utilizados para nortear a elaboração dessas ações públicas são democráticos, uma vez que as autoridades políticas permitem e enfatizam a participação dos segmentos diversos presentes na reunião.

Os objetivos municipais são bem estruturados e a proposta de ações é pautada na democracia, porém ainda não descrevem em sua totalidade ações para combater problemas públicos de maneira homogenia a população, na busca de melhorar essa situação as autoridades políticas tem conscientizado a população da importância de sua participação na elaboração da Lei Orçamentaria Anual (LOA) e a Lei das Diretrizes Orçamentarias (LDO), pois as mesmas devem ser baseadas levando em consideração as diversas realidades observadas nas localidades.

Os procedimentos de atendimento e desenvolvimento das políticas públicas são realizados com base nos objetivos traçados pelo governo municipal, através do seu planejamento estratégico. O município faz uso das decisões tomadas juntamente com Conselho Municipal, visando avaliar os diversos cenários existentes no ambiente interno do município identificando as oportunidades para atender a demanda da população em

cada localidade, visto que atualmente mesmo os órgãos oferecendo estrutura ainda não existe uma comunicação expressiva com a população.

As sugestões apresentadas pelos gestores e servidores públicos para desenvolver de forma mais eficaz este modelo de gestão é incentivar a participação maior das organizações, da comunidade, dos agentes de saúde, agricultores e de auxiliares de serviços gerais nas decisões, nos debates, na vida política, nas reuniões sobre decisões públicas. Em resumo, uma participação efetiva, de uma forma globalizada, para que a gestão democrática realmente possa acontecer de maneira prática.

Foi destacado, também, que a participação dos atores sociais se dá nas reuniões para entrega de relatórios e raramente na elaboração de projetos públicos. Os representantes sociais não são participativos, não dão a importância devida a essa forma de gestão participativa, pois são poucos participantes que comparecem às reuniões com o objetivo de buscar desenvolver ações públicas inovadoras, ou apenas observam os valores presentes no Orçamento Público Anual anterior sem observar as propostas futuras. Segundo os entrevistados, não há uma preocupação de como o dinheiro público será aplicado ocorre apenas interesse com o bem próprio e não da sociedade como um todo.

4. Como tem sido a relação dos governos municipal com os representantes da sociedade civil, no que diz respeito à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas

“A inclusão da população nas decisões políticas é muito importante uma vez que todos temos os mesmos direitos, porém, é um objetivo que está longe de ser alcançado devido às resistências as mudanças e a falta de conhecimento que ainda se observa com relação a população de Aratuba”. (Gestor Público da Secretária de Assistência Social).

“São oferecidas oportunidades de desenvolvimento baseados na representatividade do povo e no conhecimento das diferentes realidades vivenciadas pelas pessoas do município. Quando a população é convocada para participar dessas reuniões, raramente aparecem mais de 10 pessoas que não compõe a equipe gestora do município”. (Agricultor da localidade de Camarão).

Na visão dos entrevistados a participação social nas políticas públicas abriu a perspectiva da população para a diversidade e para as diferenças sociais, no sentido de valorizá-las, uma vez que o contato direto com as diferentes realidades pode ser benéfico para ambas todas as partes, garantindo o processo de cidadania apresentado por Gentili e Alencar (2001, p.87) como a relação entre Estado e sociedade. Entretanto, apesar da consciência de que todos possuem os mesmos direitos garantidos pela constituição, esse objetivo da inclusão social ainda sofre com falta de interesse e/ou conhecimento de alguns e ainda está longe de se tornar realidade.

Internamente os gestores observam com preocupação a falta de interesse e a resistência dos próprios funcionários, pois estes acham que as reuniões não levam a nada, e a falta de conhecimento sobre o assunto, o conceito de gestão participativa, dificulta assim a compreensão da importância da participação de cada indivíduo. Todos esses fatores, como a falta de compromisso, o desinteresse, a resistência e o desconhecimento do conceito de políticas públicas interferem na eficiência e na eficácia da gestão democrática.

O município de Aratuba vem procurando padronizar alguns sistemas, e principalmente, padronizar o atendimento à população em todos os setores, pois para a satisfação da população torna-se necessária uma evolução constante na prestação dos serviços públicos. De acordo com a Figura 2, o perfil dos entrevistados nesta pesquisa demonstra apresenta a maioria com mais de 40 anos. Representam clientes exigentes, que prezam pela segurança, comodidade e conforto proporcionados por uma situação financeira conquistada ao longo da vida.

Com relação aos dados obtidos na pesquisa de satisfação, percebe-se que a maioria dos clientes conhece os produtos e serviços oferecidos, mesmo que não utilizem com frequência. Estão satisfeitos com o atendimento, com a estrutura física os órgãos públicos, com os demais canais de atendimento e com os produtos e serviços. Em alguns momentos se encontram descontentes com a demora no atendimento, visto que sugeriram a construção de novas unidades de atendimento.

5. Como você observa a participação popular na elaboração das políticas públicas? (baseada em BRESSER-PEREIRA, 1998)

“Os gestores têm que ser mediadores nesse processo, devendo planejar suas ações para que as pessoas caminhem em direção à autonomia, contribuindo com suas percepções eles ajudarão no processo de descoberta e construção do conhecimento”. (Gestor da Secretária de Saúde).

“As pessoas podem apresentar sugestões de atividades diferentes, podem contribuir dialogando com as diferentes realidades, dar atenção e promover a cidadania, ou seja, fazer com que as pessoas tenham voz e vez”. (Servidor Público do Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Os entrevistados apresentam um raciocínio bem parecido quando apontam para a promoção da autonomia, da troca de experiências, da sensibilidade dos profissionais para incentivar novas descobertas, maximizando, dessa forma, a construção do conhecimento desta forma estreitando a relação entre o Poder Público e a população como proposto por Bresser-Pereira (1998).

Esta transformação implica na união de esforços com o objetivo de se efetivar as ações de inclusão a partir da mobilização e adequação de recursos materiais, de estratégias didáticas e dos sistemas avaliativos. Aliado a esta prática é necessário que os gestores e a população desenvolvam competências na abordagem dos processos de formulação de políticas públicas que possam atender as necessidades sociais da população.

Da análise das entrevistas, pode-se observar na visão dos gestores públicos e atores sociais, o papel dos membros da população local é essencial para começar e manter o processo democrático ativo, sendo a cultura necessária para o desenvolvimento local precisa ser aprimorada a cada momento, mesmo em processo inicial, é o diferencial na condução dos processos de intervenção. Por outro lado, o envolvimento das organizações e representantes comunitários ainda se processa com um caráter meramente reivindicativo, necessitando de amadurecimento quanto aos papéis, obrigações e responsabilidades de cada indivíduo. Há que se superar, no entanto, a simples reivindicação e passar para uma atitude proativa, o que requer o reconhecimento dos interesses totais envolvidos, tendo a visão da sociedade em seu conjunto e, desta forma, superando a satisfação dos interesses de alguns passando a atender aos interesses coletivos.

Nos últimos anos, o município vem focando seus investimentos trabalhando na ampliação da participação popular na formulação das políticas públicas como diferencial para o desenvolvimento local. Através da análise de oportunidade e na segmentação das necessidades sociais, o município identificou no incentivo da agricultura para o aumento da renda familiar dos agricultores, observando a realidade socioeconômica do município, percebe-se que ocorreu um aumento do IDH-M, como demonstrado na Figura 6, estabelecendo a agropecuária e o comércio juntamente com a agricultura como parte fundamental da economia.

6. Em sua cidade, o que você acha das condições de vida dos trabalhadores, em especial da área rural?

“Muitas mudanças na nossa legislação trouxeram avanços significativos à respeito da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas ainda é preciso que os agricultores sejam reconhecidos pelo seu potencial e capacidade e não apenas pelo trabalho braçal. Muitos direitos foram conquistados temos que trabalhar para melhorar mais ainda”. (Agricultor aposentado)

“3Muitos aceitam, outros não. Algumas pessoas questionam a efetividade e a eficácia da inclusão dos trabalhadores rurais nas decisões políticas

considerando que em sua maioria não possuem uma formação acadêmica “adequada” para apresentar ideias inovadoras, e desta forma não podem contribuir efetivamente para a sociedade. Entretanto, existem aqueles que defendem o processo de inclusão desses trabalhadores como forma de integrá-los no convívio político na busca de preservar e desenvolver seu trabalho e sua cultura”. (Gestor Escolar)

E as prejudica não somente por questões psicológicas de medo e incerteza, mas algumas razões bem claras, a maioria das iniciativas para o processo de mudanças confere pelo menos para alguns, mais trabalho, menos salário ou demissão (O'TOOLE, 1985, p.418).

Conforme se observa nas respostas dos entrevistados, ainda se demonstra pouco avanço em relação a participação popular nas políticas públicas no município, os principais desafios são apresentados por O'Toole (1985) para efetivar mudanças significativas nos processos administrativos. Enquanto a população acredita que houve avanços o governo municipal pondera sobre em relação a efetividade e eficácia da participação popular. Ambos parecem salientar que o predomínio dessa situação é a limitação ou falta da busca de informação para a população, seja por falta de interesse ou por falta de meios para acessá-la.

Neste sentido, a efetivação das políticas públicas no nosso ponto de vista depende do envolvimento de toda a comunidade escolar na defesa dos direitos da diversidade humana nos espaços públicos. Assim sendo, as leis têm que ser efetivadas pelas instituições e pela sociedade para que possam concretizar tais direitos.

Questionados sobre o processo de desenvolvimento das leis e normas municipais, a maioria dos trabalhadores rurais sendo 205, cerca de 41% dos entrevistados, discorrem sobre a falta de compromisso demonstrada pelas autoridades políticas, principalmente, na falta de cumprimento das propostas apresentadas no momento das eleições para escolhas de gestores públicos municipais, interferindo no desenvolvimento de uma gestão pautada na participação ativa da população.

Os trabalhadores rurais responderam que é de fundamental importância a participação e parceria da família. No entanto, nenhum das participantes evidenciou a parceria da família no processo de formulação das políticas públicas nos quais são beneficiários. Todos eles reconhecem que por um lado a família é a grande fomentadora do processo de socialização dos filhos. Por outro lado, a família é quem passa mais tempo com os filhos. Assim, havendo parceria entre órgão público, governo e família, podemos ampliar as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do município.

Dessa forma, este suporte é indispensável para a estimulação, o incentivo à autonomia e ao desenvolvimento da autonomia da população sejam eles com ou sem formação acadêmica. A parceria e a comunicação governo e família pode nutrir o sentimento de confiança, segurança e condições mais favoráveis para enfrentarem os desafios cotidianos.

Sendo assim, a adequação e adaptação dessas práticas corresponderão às expectativas de uma participação ativa da população que venha a colaborar com o atendimento de suas necessidades, posicionando-os frente a uma política de vanguarda, inclusiva, que sirva aos interesses sociais, valorizando dessa forma a democracia e o direito da população garantidos por lei.

A participação e controle social ganharam nova dimensão e visibilidade a partir da Constituição Federal de 1988. As lutas sociais desencadeadas para colocar diferentes institutos legais na Carta Magna garantindo a participação popular em diversas instâncias da sociedade foram surpreendidas com as implicações advindas da crise do capital que colocou o capitalismo na fase conhecida como neoliberal.

Este aspecto reforça a necessidade de instigar e socializar o debate sobre a importância de compreendê-las enquanto conceitos que se concretizam através da capacitação de sujeitos aptos a intervir no social. Deve-se ensinar as pessoas por meio do exemplo de que, apesar de todas as diferenças, todos possuem direitos iguais perante a Lei.

Portanto, o processo de inclusão requer uma série de adaptações para a garantia do desempenho efetivo das políticas públicas municipais, como proposto por Haveri (1996) é necessário articular as potencialidades em cada contexto. O desenvolvimento local, para Haveri (1996), normalmente está associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições do contexto. Requer mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo.

A última questão da entrevista buscou informações acerca das ações públicas não realizadas, se a população necessita de atendimento em relação a alguma atividade que não foi contemplada nos planos e programas do governo municipal para o exercício do ano.

7. Há algum outro tema que você gostaria de abordar e que não tenha sido tratado nas políticas públicas anteriores?

“São necessárias adaptações ou modificações do planejamento, objetivos, atividades, formas de avaliação, adaptações temporais. Tem que se ter um novo olhar no planejamento como um todo ou em aspectos dele para atender as necessidades das pessoas”. (Servidor Público da área da saúde).

“Sim. São necessárias adaptações nas atividades propostas como por exemplo trabalhar em nível concreto as atividades abstratas e escritas, e principalmente, lançar mão de atividades lúdicas com o objetivo de melhorar a compreensão da população sobre a importância dessas decisões”. (Professor do Ensino Fundamental).

Segundo os entrevistados, são necessárias diversas adaptações não somente nos programas, mas também do planejamento, dos objetivos, das atividades e formas de avaliação, trazer para o nível concreto as atividades abstratas apresentando exemplos de caso de sucesso onde ações semelhantes obtiveram um impacto significativo, para uma melhor compreensão dos conteúdos por parte da população.

Avaliar o comportamento e desempenho da participação política do cidadão incluindo no acompanhamento regular pressupõe que a instituição pública possui os instrumentos adequados para realizar as avaliações. Desta forma, acredita-se que são necessárias metodologias diferenciais adaptando-as para cada tipo de realidade e local.

Não se pode esperar que soluções elaboradas para uma determinada realidade específica apresente os mesmos resultados para as demais situações. Por isso os métodos, a abordagem, os processos de formulação e acompanhamento devem ser adaptados conforme as exigências e capacidade de cada grupo social.

7. Há algum outro tema que você gostaria de abordar e que não tenha sido tratado nas políticas públicas anteriores?

“Se comparado com o ano anterior, o rendimento das ações públicas, é razoável, vai depender como o servidor público desenvolve ser trabalho, ou seja, ele precisará lançar mão de várias estratégias, de mudanças metodológicas e criar um ambiente político mais rico que possa atender as pessoas que apresentam maiores dificuldades e que possam beneficiar a todos”. (Comerciante)

“O processo de execução das ações públicas é lento, pois as decisões em relação as ações a serem desenvolvidas para o bem-estar da população não consegue abranger todos os cidadãos da mesma maneira. Desta forma, é indispensável o acompanhamento de cada servidor público dedicados a atender melhor a população.” (Servidor Público da área de Assistência Social).

As respostas dos entrevistados sinalizam no sentido de que comparativamente entre diferentes locais, as políticas sociais não conseguem acompanhar as demandas sociais crescentes e em constantes mudanças. Afirmam e justificam a não participação e

acompanhamento das ações a serem desenvolvidas nos próximos exercícios financeiros. Além disso, ponderam que o desempenho depende muito da didática e das estratégias utilizadas pelos gestores públicos junto a população, das mudanças metodológicas e de abordagem, uma vez que a estrutura para o sucesso do desenvolvimento municipal consiste no trabalho conjunto entre governo e população.

Nesse sentido, faz-se necessária a criação de um ambiente político baseado na diversidade de opiniões onde diversas pessoas e de diferentes realidades possam através do debate e da troca de experiências encontrar as melhores alternativas para o atendimento as diferentes necessidades sociais.

Para que a inclusão da população nas decisões políticas se torne uma realidade que busca garantir o pleno desenvolvimento local, é necessário superar os paradigmas e os desafios reunindo gestores públicos, servidores públicos, trabalhadores rurais, ou seja, a população municipal como um todo em torno do objetivo da participação social nas decisões políticas através da superação dos obstáculos que esse processo de participação representa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a inclusão da participação popular na formulação, aprovação e acompanhamento das políticas públicas municipais desenvolvidas no município de Aratuba-CE. Justifica-se por prover a pesquisador a compreensão e ao uso de técnicas metodológicas necessárias à composição do conhecimento científico, bem como dando o suporte para uma melhor compreensão do tema abordado.

A fundamentação teórica da pesquisa proporcionou uma aproximação com uma série de autores e disposições legais que foram essenciais como suporte teórico para a estruturação do estudo. Em relação ao método, o estudo é considerado qualitativo. Tendo sido realizado com a população e com os órgãos públicos do município de Aratuba. Estes órgãos públicos, mesmo que ainda inicialmente, proporcionam meios que asseguram aos cidadãos acompanhar e dar apoio nas tomadas de decisões.

Considerando os resultados da pesquisa realizada com os participantes, mostra que, apesar de estar em andamento no município de Aratuba uma mudança considerável no modelo de participação social atenção que busca elevar a qualidade dos serviços prestados, ainda encontrando-se pouco consolidado o Controle Social sobre as políticas públicas municipais. Não há uma identificação por parte da população da importância e do potencial dos órgãos públicos para o desenvolvimento local diante das alterações que estão ocorrendo. A função burocrática, apesar de consumir grande empenho dos conselheiros, mostra-se como um importante momento de diálogo entre os diversos atores que compõem o colegiado, permitindo que haja troca de saberes e experiência. No entanto, a falta de uma sintonia comum entre as várias categorias impede que estes debates não tenham maior impacto na formulação das políticas públicas.

Desta forma, ainda existe um longo caminho concluiu-se que a temática sobre inclusão ainda possui uma série de fatores que a prejudicam, como a efetividade das políticas de inclusão popular, uma vez que disposições legais regulamentam, entretanto, não são colocadas em prática as determinações. Exige-se que a população local seja incluída nas decisões políticas, mas a falta de interesse e conhecimento prejudicam o processo de inclusão.

Este estudo descreveu relações entre construtos teóricos a partir de uma amostra da população e dos servidores públicos atuantes nos órgãos públicos da Prefeitura Municipal, da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria de Educação e do Sindicato

Rural dos Trabalhadores. Consequentemente, não é possível estender os resultados obtidos para todo o sistema de Gestão Municipal de Aratuba, para outros órgãos públicos municipais localizadas em outros municípios ou estados brasileiros, ou para outros tipos de organização.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo identificaram-se questões correlatas que permitiriam o desenvolvimento de outros estudos para ampliar o entendimento do fenômeno estudado, ou para buscar confirmação empírica dos resultados obtidos.

Trabalhos que também viessem a analisar as dificuldades de inovações nos órgãos públicos sob um enfoque qualitativo poderão trazer maior compreensão da dinâmica da adoção de inovações, e possíveis *insights* de estratégias para resolução de conflitos e alinhamento das necessidades da população local com os objetivos e metas traçadas pelo governo municipal.

Outros trabalhos também poderão ser desenvolvidos com o intuito de esclarecer importantes aspectos observados durante a pesquisa, como:

a) estudo para verificar a dimensão do tempo no atendimento com uma abordagem aos sistemas, métodos e processos;

b) elaboração de uma pesquisa para avaliar necessidade de melhorias na capacitação dos funcionários de atendimento visando aumentar a satisfação da população;

c) estudo de viabilidade no desenvolvimento e implantação da cultura de qualidade no atendimento, maximizando o potencial tecnológico disponível.

d) estudo da viabilidade de implantação de uma política de isenção tarifas progressivas, baseada na rentabilidade dos produtos do banco.

Assim, verifica-se que este mesmo assunto ainda pode oferecer outros temas de pesquisa tão importantes, em termos profissionais e acadêmicos, quanto o que foi aqui abordado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rute; DAVID, Fátima; AUGUSTO, Susana. **ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA: UM CASO DE ESTUDO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO.**

Instituto Politécnico da Guarda, Guarda, Portugal, 2011. Disponível em: < [\(Microsoft Word - AN\301LISE ECON\323MICA E FINANCEIRA_CASO DE ESTUDO DO SETOR DA CONSTRU\307\303O \Artigo final\\)\) \(occ.pt\)](#)>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ARAÚJO, Francisca Socorro. **Cidadania e Educação.** Disponível em: < [Cidadania e Educação - InfoEscola](#)>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020.** Regulamenta a análise de impacto regulatório, que tratam do art. 5º da Lei nº 13.874, de 2º de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: < [D10411 \(planalto.gov.br\)](#)>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL, Felipe Gonçalves. Instituições Participativas e políticas públicas: Uma nova literatura para a agenda de pesquisa. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Araraquara, 2013. Disponível em: < [Instituições Participativas e políticas públicas Encontro Internacional Participação \(unesp.br\)](#) >. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, Senado Federal, 2020. Disponível em: < [untitled \(senado.leg.br\)](#) >. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).** Vetos presidenciais: Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979 Lei no 8.245, de 18 de outubro de 1991 Decreto no 5.790/2006. Disponível em: < [000070317.pdf \(senado.leg.br\)](#)>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II § 3º do art.37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, Senado Federal, 2020. Disponível em: < [L12527 \(planalto.gov.br\)](#)>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRUCHEZ, Adriane *et al.* Análise da Utilização do Estudo de Caso Qualitativo e Triangulação na Brazilian Business Review. Disponível em: < [1279 \(ucs.br\)](#) >. Acesso em: 22 dez. 2020.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. < [Microsoft Word - INCRA pronto.doc \(wordpress.com\)](#)>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CAMOLI, Luiza; BUZA, Alfredo Gabriel; MANUEL, Ivanilson de Jesus Domingos. CONHECIMENTO E APLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ESCOLAR POR PARTE DO PROFESSOR DO ENSINO PRIMÁRIO. Disponível em: < [18-Conhecimento-e-aplicabilidade-da-legislaca o-escolar.pdf \(aforges.org\)](#)>. Acesso em: 9 abr. 2020.

CAVALHO, Priscila dos Santos. CULTURA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL: COMPREENDENDO O INDIVÍDUO NA ORGANIZAÇÃO. Disponível em: < <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0893.pdf> >. Acesso em: 17 abr. 2020.

CEZAR, Carlos Layon. **Comunicação e Marketing no Setor Público**: diferentes abordagens para a realidade brasileira. Brasília, 2019. Disponível em: < [3 Livro Comunicação e Marketing no Setor Público diferentes abordagens para a realidade brasileira.pdf \(enap.gov.br\)](#) >. Acesso em: 9 jan. 2021.

CRUZ, Carlos Roberto Soares da. UM PANORAMA SOBRE AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UAB, PRODOCÊNCIA E PIBID. Disponível em: < [ARTIGO EIICS 2017 Carlos.pdf \(uniseal.edu.br\)](#)>. Acesso em: 14 mar. 2021.

DA MATA, G.M.F., Pimentel, T.D. & EMMENDOERFER, M.L. (2018). Teoria do campo social e políticas públicas: o caso do Conselho Gestor de Turismo de Juiz de Fora, MG, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade** 10(2), pp. 332-354, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i2p332> . Acesso em: 16 de abr. 2021.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: < [Microsoft Word - Declaração Universal dos Direitos Humanos.doc \(oas.org\)](#)>. Acesso em: 5 mar. 2021.

FALCHETTI, Cristhiane Aparecida. Participação Popular nas Políticas Sociais: um estudo sobre os conselhos e a experiência do conselho municipal de assistência social de Araraquara. Disponível em: < http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/2032.pdf >. Acesso em: 14 out. 2020.

FEE- Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Estado.2020**. disponível em :< [Home - FEE \(arquivofee.rs.gov.br\)](#)>. Acesso em: 6 mar. 2021.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. RELATÓRIOS DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: CARACTERÍSTICAS E MODALIDADES DE INVESTIGAÇÃO. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/11638/6840> >. Acesso em: 11 abr. 2020.

GOMES, Rosivan Barbosa; SILVA, Nelson Vieira da. OS IMPACTOS DA MUDANÇA CULTURAL EM UMA EMPRESA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO DE

GUARDA- MOR-MG. Disponível em :< www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/OS_IMPACTOS_DA_MUDANCA_CULTURAL_EM_UMA_EMPRESA_AGROPECUARIA_NA_REGIAO_DE_GUARDA_MOR_MG.pdf >. Acesso em: 8 abr. 2020.

GROESKE, Andréia Madeira. MUDANÇA ORGANIZACIONAL-CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO. Disponível em: < <http://re.granbery.edu.br/artigos/Mg==.pdf> >. Acesso em: 17 abr. 2020.

HERNANDEZ, José Mauro; CALDAS, Miguel P. Resistência a mudança: uma revisão crítica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol.41, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902001000200004>. Acesso em: 20 abr. 2020.

IBGE. **Cidades e Estados**: Aratuba – CE. Disponível em:< [Aratuba \(CE\) | Cidades e Estados | IBGE](#)>. Acesso em: 20 dez. 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Socioeconômicos na gestão pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2020.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo; GUERRA, Isabella Franco. 30 ANOS DO RELATÓRIO BRUNDTLAND: NOSSO FUTURO COMUM E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO DIRETRIZ CONSTITUCIONAL BRASILEIRA. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 09, nº 4. DOI:10.12957/rdc.2017.30287. Acesso em: 20 fev. 2021.

JULIO, Elaine *et al.* ESTRUTURAÇÃO DE APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO. **Revista Ciências Exatas**, v. 23, n. 2, 2017. Disponível em: < [art-02 \(unitau.br\)](#)>. Acesso em: 17 jan. 2021.

JÚNIOR, Guilhardes de Jesus; CONSENZA, Liz Zumaêta Costa. A importância da participação popular através dos Conselhos Municipais na formulação e aplicação de políticas no âmbito local. Disponível em:< <https://jus.com.br/artigos/44883/a-importancia-da-participacao-popular-atraves-dos-conselhos-municipais-na-formulacao-e-aplicacao-de-politicas-publicas-no-ambito-local> >. Acesso em: 15 out. 2020.

JUNIOR, Thomaz Wood. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. **REA-Revista de Administração de Empresas**, vol. 32, n. 3, 1992. Disponível em: [Mudança organizacional: uma abordagem preliminar \(fgv.br\)](#) >. Acesso em: 10 mar. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana da Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEIVAS, Cláudio R.C. Paixão, democracia e deliberação em Hobbes e Walzer. Disponível em: <[Paixão, democracia e deliberação em Hobbes e Walzer \(scielo.br\)](#)>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MANZINI, Eduardo José. ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA: ANÁLISE DE OBJETIVOS E DE ROTEIROS. Depto de Educação Especial, Programa de Pós

Graduação em Educação, Unesp, Marília Apoio: CNPq < [entrevista semi estruturada estudo UNESP Marília.pdf \(usp.br\)](#) >. Acesso em: 15 mar. 2021.

MARRONI, C.H.; FRANZESE, C.; PANOSSO, A. Consórcios Públicos Intermunicipais: Caminho para Descentralização e Redução de Desigualdades nas Políticas Públicas?. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 40, n. 1, p 17-29, 2021.

MASIERO, Cláudia Gisele; SILVA, Cristina Ennes da. HERANÇA CULTURAL E LINGUAGEM EM “VIDA MARIA”. 9º Encontro Nacional de História da Mídia - UFOP, 2013, Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovi> >. Acesso em: 10 dez. 2020.

MAYER, Polyane Passos. Políticas Públicas: um enfoque na participação cidadã e no controle social. Disponível em: < [Microsoft Word - gt023-politicaspUBLICAS.doc \(esocite.org.br\)](#) >. Acesso em: 30 dez. 2021.

MAYRINK, Edcler Felix; MACEDO-SOARES, T. Diana L. van Aduard de; CAVALIERI, Adriane. Adequação estratégica de projetos: o caso da Eletronuclear. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol.43 n. 6, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600002>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MENDES, Thaissa de Souza. **MARKINTG BOCA A BOCA EM UM HOSPITAL PRIVADO NNO MUNICIPIO DE SÃO PAULO: APLICABILIDADE DA ESCALA DE BROWN**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014. Disponível em: < [Thaissa de Souza Mendes.pdf \(uninove.br\)](#) >. Acesso em: 18 mar. 2021.

MENEGON, Rafael Ranieri. **Formação Sociopolítica: Um estudo sobre as experiências do NESSOP**. 2010. Trabalho de conclusão de curso - Centro Sócio-Econômico Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: < [Ssocial291219.pdf \(ufsc.br\)](#) >. Acesso em: 20 jan. 2021.

MORAES, Ricardo Quartin. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. Disponível em: < [A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente \(usp.br\)](#) >. Acesso em: 26 fev. 2021.

OLIVEIRA, Daniela Figueiredo Colu. A TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA COMO DIREITO DA CIDADANIA MINEIRA: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: < [TransparênciaAdministrativaDireito.pdf \(ufu.br\)](#) >. Acesso em: 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, J. E.; STREIT, J. A.C.; VIEIRA, D. M.; GUARNIERI, P. Políticas Públicas Ambientais: Produção Científica em Periódicos Nacionais da Área de Administração entre 2013 e 2017. **Gestão & Regionalidade**, v. 37, n. 110, p. 22-40, 2021.

OLIVEIRA, Natália Cristina da Silva. **GESTÃO POR COMPETÊNCIAS**. 2008. Monografia (Curso de Psicologia) - Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde do Centro Universitário Newton Paiva. Disponível em: < [Microsoft Word - 49-NATALIA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA-TCC.doc \(bvs-psi.org.br\)](#)>. Acesso em: 5 jan. 2021.

PÔNCIO, Rafael José. O que é planejamento?. Disponível em: < [O que é planejamento? \(administradores.com.br\)](#) >. Acesso em: 11 fev. 2021.

Portal do Tribunal das Contas da União – TCU. **Planejamento na contratação de obras públicas**. Disponível em: < [Planejamento na contratação de obras públicas | Portal TCU](#)>. Acesso em: 30 mar. 2021.

Projetos Sociais. Palhoça, Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul 2015. Disponível em: < [projetos_sociais.pdf \(unisul.br\)](#) >. Acesso em: 22 dez. 2021.

ROCHA, Bruna Saibro da. **HOME OFFICE: O PONTO DE EQUILÍBRIO ENTRE A QUALIDADE DE VIDA E A PRODUTIVIDADE**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) - Cesuca Faculdade Inedi, Cachoeirinha, 2014. Disponível em: < [BRUNA-SAIBRO-DA-ROCHA-FINALIZADO-PRONTO.pdf \(sobratt.org.br\)](#) >. Acesso em: 12 fev. 2021.

ROCHA, Leone de Araújo. **Políticas Públicas Segundo Leonardo Secchi**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 03, Ed. 12, Vol. 02, pp. 70-74. Dez. de 2018. ISSN:2448-0959.

ROSÁLIA, Duarte. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Disponível em: < [Educar 24 1.pdf \(scielo.br\)](#) >. Acesso em: 5 abr. 2021.

ROVERSI, Clério André. **DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MEIO RURAL**. 2013. Monografia de Especialização. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, PR, 2013. Disponível em: < [MD_GAMUNI_2014_2_77.pdf \(utfpr.edu.br\)](#) >. Acesso em: 19 mar. 2021.

SANTOS, Everton Rodrigo; NUNES, Margarete Fagundes. Capital social e políticas públicas: um estudo comparado no Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: < [0034-7612-rap-50-01-00129.pdf \(scielo.br\)](#)>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. ANÁLISE DE CONTEÚDO: EXEMPLO DE APLICAÇÃO TÉCNICA PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS. **Revista Eletrônica**, vol. 17, n. 1, 2015. ISSN 1677 4280.

SILVA, Danúbia França da *et al.* ANÁLISE DE PARETO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ORGANIZACIONAIS: ESTUDO DE CASO. Disponível em: < <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/revista-mundo-academico-v11-n16-artigo-05.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, Morais Pinto da; SILVA, Álvaro Vicente Costa. DO PRAGMATISMO AO UNIVERSALISMO: A MUDANÇA DE ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA

BRASILEIRA PARA A AMÉRICA LATINA NO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985). **Revista Neiba**, Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 9, 2020. DOI: 10.12957/neiba.2020.50646|e50646 |ISSN: 2317-3459.

SILVA, Rodolfo dos Santos. **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**. 2017. Tese (Doutorado geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, CURITIBA, PR, 2017. Disponível em: < [R - T - RODOLFO DOS SANTOS SILVA .pdf \(ufpr.br\)](#) >. Acesso em: 8 fev. 2021.

SIMIONI, Darlei. OBSERVAÇÃO. **MASTER**, 22 de set. 2010. Disponível em: <[OBSERVAÇÃO | MASTER \(darleisimioni.blogspot.com\)](#)>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Prefeitura Municipal de Aratuba – CE. Disponível em :< [Prefeitura de Aratuba](#) >. Acesso em: 5 jan. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. Disponível em:< [Microsoft Word - Politicas publicas - FLEM.doc \(pucgoias.edu.br\)](#) >. Acesso em: 11 fev. 2021.

VIEIRA, Valter Afonso; TIBOLA, Fernando. Pesquisa qualitativa em marketing e suas variações: trilhas para pesquisas futuras. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 9, n. 1, 2005. Disponível em: < [Pesquisa qualitativa em marketing e suas variações: trilhas para pesquisas futuras \(scielo.br\)](#)>. Acesso em: 19 fev. 2021.

VOLPATO, Rodrigo Orlandini. A participação popular como direito fundamental em um estado democrático de direito. 2014.<[A participação popular como direito fundamental em um estado democrático de direito - Jus.com.br | Jus Navigandi](#)>. Acesso em: 20 fev. 2021.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS ENTREVISTADOS**1. Sexo****a () Masculino****b () Feminino****2. Idade****a () de 18 a 28 anos****b () de 29 a 39 anos****c () de 40 a 50 anos****d () de 51 a 61 anos e () acima de 61 anos****3. Estado Civil****a () Solteiro (a)****b () Divorciado (a)****c () Separado (a)****d () Casado (a)****e () Viúvo (a) f ()****Outro. Qual: _____****4. Grau de escolaridade****a () Ensino Médio****b () Superior incompleto****c () Superior completo****d () Mestrado / Doutorado****e () Não estudaram****5. Profissão _____**

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Qual sua avaliação sobre a atuação dos governos municipal na formulação de políticas públicas para a população do município? (baseada em Matias-Pereira, 2010b)

2. Quais são os principais projetos, programas e ações em curso e em planejamento, especialmente nos âmbitos da saúde e da educação, da previdência e assistência social, da segurança e de emprego? (baseada em OLIVEIRA, 2004)

3. Em sua opinião, quais são os principais problemas, desafios e conquistas no município? (baseada em JARÁ, 1998)

4. Como tem sido a relação dos governos municipal com os representantes da sociedade civil, no que diz respeito à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas? (baseada em GENTILI; ALENCAR, 2001, p.87)

5. Como você observa a participação popular na elaboração das políticas públicas? (baseada em BRESSER-PEREIRA, 1998)

6. Em sua cidade, o que você acha das condições de vida dos trabalhadores, em especial da área rural? (baseada em O'TOOLE, 1985, p.418)

7. Há algum outro tema que você gostaria de abordar e que não tenha sido tratado nas políticas públicas anteriores? (baseada em HAVERI, 1996)